



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015 ♦ 2017

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015 ♦ 2017

GESTÃO

Fevereiro de 2015 - Fevereiro de 2017

PRESIDENTE

Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça

Aracaju, Sergipe
Janeiro de 2017

Colegiado

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça
Presidente

Des. José dos Anjos
Vice-Presidente

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima
Corregedor Geral

Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

Des. Cezário Siqueira Neto

Des. Osório de Araújo Ramos Filho

Des. Edson Ulisses de Melo

Des. Ruy Pinheiro da Silva

Desa. Iolanda Santos Guimarães

Des. Alberto Romeu Gouveia Leite

Desa. Elvira Maria de Almeida Silva

Des. Diógenes Barreto

Desa. Ana Lúcia Freire dos Anjos

Missão, Visão e Valores

Missão

Promover a prestação jurisdicional de forma eficiente

Visão

Ser um Judiciário acessível, que promova a prestação jurisdicional de forma célere, transparente e com qualidade

Valores

Responsabilidade socioambiental

Compromisso

Integração

Sustentabilidade

Ética

Acessibilidade

Transparência

Eficiência

Humanismo

Credibilidade

Mensagem do Presidente

Ao assumir a Presidência do Poder Judiciário de Sergipe, no dia 5 de fevereiro de 2015, trazia comigo a certeza que muitos desafios deveriam ser superados ao longo de dois anos de gestão. Mas, ao meu lado, pude contar com o apoio de uma Mesa Diretora eficiente e com um alto senso de justiça. Assim, dispoño do apoio dos Desembargadores José dos Anjos na Vice-Presidência e Ricardo Múcio na Corregedoria, bem como com a colaboração de todos os Pares que compõem o Tribunal Pleno, fomos superando os obstáculos do dia a dia.

Enfrentamos um momento de forte crise econômica no Brasil e também em Sergipe. Mesmo assim, não deixamos de investir recursos para o bom funcionamento da máquina jurisdicional, adotando medidas administrativas pautadas pela legalidade, economicidade e transparência. Isso tudo nos levou a obter o máximo de eficiência e resultados que refletiram concretamente na maior celeridade dos processos em trâmite no Judiciário sergipano, sem esquecer de ofertar à população formas alternativas de resolução de suas lides. Prova disso foi a expansão das atividades do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (Cejuscc), com postos avançados no interior e convênio com a SMTT.

Entre algumas ações que pudemos concretizar, destaco a implementação do processo eletrônico em todas unidades jurisdicionais, bem como na esfera administrativa, o chamado Sistema Eletrônico de Informação (SEI); mais de R\$ 9 milhões investidos no setor de Tecnologia da Informação, com a aquisição de novos aparelhos e desenvolvimento de ferramentas; criação e implantação de precatório eletrônico, com controle das listas de cronologia e ferramentas de cálculos; implantação de audiências por videoconferência, com redução de custos e maior segurança na prática dos atos processuais; implantação da audiência de custódia e do monitoramento eletrônico de pessoas (tornozeleiras).

Visando a redução de despesas com água, luz, telefone, pagamento de serviços terceirizados e cargos em comissão, foram desativados 25 Distritos Judiciários com baixa demanda, o que resultou em uma economia de mais de R\$ 2 milhões. Ainda objetivando atender ao princípio da economicidade foi implantando o monitoramento por GPS da frota de veículos do TJSE, o que gerou uma redução de 22% no consumo de combustível e 25% nos



serviços de manutenção. Também foi reduzido o consumo de papel A4 e gastos com reprodução de documentos xerográficos, fornecimento de refeições e hospedagem.

Dois dos projetos que conseguimos implantar foram a Secretaria Única para as Varas Cíveis Comuns da capital e o teletrabalho no TJSE, com a publicação, em junho de 2016, da Resolução que estabelece as regras para o cumprimento das metas de produtividade e desempenho. Já finalizando a gestão, em dezembro, recebemos do Conselho Nacional

de Justiça o Selo Ouro, que reconheceu o aperfeiçoamento feito pelo Judiciário sergipano na produção, gestão, organização e disseminação de informações, colocando-nos, mais uma vez, entre os Tribunais de excelência do país. Diante disso tudo, só posso concluir que cumprimos nossa missão com sucesso e agradeço a todos os magistrados e servidores que contribuíram para isso.

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça
Presidente

Sumário

Gestão de Pessoas.....	08
Administração.....	09
Gestão Financeira.....	11
Assessoria Especial da Presidência.....	13
Consultoria Geral.....	17
Precatórios.....	18
Planejamento e Desenvolvimento.....	21
Modernização.....	23
Tecnologia.....	27
Engenharia.....	29
Segurança.....	31
Centro Médico.....	33
Ouvidoria.....	36
Métodos Consensuais.....	40
Coordenadoria da Infância e da Juventude.....	43
Coordenadoria da Mulher.....	47
Arquivo Judiciário.....	51
Memorial do Judiciário.....	53
Biblioteca.....	55
Comunicação.....	56

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas desenvolveu, durante a gestão do Desembargador Luiz Mendonça, um importante projeto visando centralizar os registros funcionais no sistema de recursos humanos do TJSE, o **Assentamento Funcional Digital**. Iniciado em janeiro de 2016, o projeto converteu em suporte eletrônico 3.216 assentamentos de todo o quadro ativo de magistrados e servidores. A ideia é agilizar buscas de informações; fortalecer a segurança dos dados; otimizar os resultados das rotinas administrativas e, em breve, disponibilizar a consulta pelo próprio titular. Nos últimos dois anos, a Diretoria também registrou a nomeação de 122 pessoas aprovadas no concurso do TJSE. Confira os dados:



Assentamento digital



Prova para estágio de nível superior (13/04/2016)

Reajuste de rubricas remuneratórias					
Ano	Vencimento Base		Auxílio-Saúde		Auxílio-Alimentação
	Cargos Efetivos	Cargos em Comissão	+60 anos	Demais faixas	
2015	6,5% *	6,0% *	12%	9,65%	-
2016	6,5% **	-		11,28% *	

* A partir do mês de janeiro

** A partir do mês de fevereiro

Convocações de candidatos aprovados em concurso		
Ano	Cargo	Nomeados
2015	Técnico Judiciário	50
	Analista Judiciário – Direito	01
	Analista Judiciário – Engenharia Civil	01
2016	Técnico Judiciário	69
	Analista Judiciário – Redes	01
Total		122

Editais de remoção para servidores		
Tipo	2015	2016
A pedido	6	9
De ofício	3	1

Estagiários		
Nível superior		
Ano	Processo seletivo	Aprovados
2015	1º	331
2016	1º	327
	2º	413
Total		1071
Nível médio		
2015	1º	940
2016	1º	193
Total		1133

Administração

A Diretoria de Administração do TJSE é dividida em duas Coordenadorias, que fazem a gestão dos materiais e equipamentos necessários para o bom funcionamento das unidades jurisdicionais.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Divisão de Compras

Com relação aos processos de compras, restou demonstrado que a quantidade maior é daqueles que necessitam de licitação, havendo muitas aquisições por meio de ata de registro e poucas por meio de dispensa ou por contratação direta. Quanto a gestão do Contrato de Passagens Aéreas nº 041/2015, expirado em setembro de 2016, o pacto com a empresa Distak Agência de Viagens e Turismo Ltda (EPP), cujo valor total estimado foi de R\$ 372.205,00, teve sua vigência prorrogada por mais doze meses, a partir de 21 de setembro de 2016, em razão da necessidade da continuidade dos serviços e da eficiência da mencionada empresa na prestação dos mesmos.

Divisão de Patrimônio

Aquisição de 480 pistões a gás; 350 rodízios duplos, através de Ata de Registro de Preços 59/2015 e 52/2016, como peças de reposição para as cadeiras giratórias das diversas unidades do TJSE; serviços de reformas de estofamentos em cadeiras, longarinas, poltronas e sofás, através de Ata de Registro de Preços nº 034/2016; doação de bens inservíveis para a Care; doação de bens móveis que não têm mais utilidades para o TJSE, como mesas, armários, gaveteiros, cadeiras, estantes e longarinas a diversas instituições públicas e privadas de Sergipe; desativação de Distritos; organização do novo fórum da Comarca de Simão Dias. Gestão de Atas para a compra de diversos equipamentos, como ventiladores, aparelhos e suportes de TV, armários, mesas, quadros de aviso, entre outros.

Divisão de Controle de Material

Entre as atividades desenvolvidas na gestão, destaca-se o suprimento de toners e cartuchos para todas as unidades do TJSE, totalizando R\$ 1.075.905,90; aquisição de persianas para instalação em diversos setores, na capital e do interior, totalizando R\$ 24.892,29; aquisição de tapetes sintéticos (R\$ 18.088,35); encaminhamento de diversos livros de registro de nascimentos, óbitos, casamentos, entre

outros, dos cartórios extrajudiciais da capital para encadernação (R\$ 1.597,00); doação de 4.291 toners vazios para a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care).

Divisão de Almoxarifado

Controle de atas de Registro para abastecimento do Almoxarifado com itens de copa, cozinha, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, de expediente, papel, capa de processo, entre outros. Também participou do Plano de Logística Sustentável, com a virtualização das unidades judiciais, contribuiu para a redução de papel A4. Acompanhou as medidas de redução do consumo de copos descartáveis e participou de estudos técnicos para qualificação dos materiais a serem adquiridos pelo TJSE.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS

Divisão de Transportes

Em 2015, o TJSE adquiriu 01 Fiat Ducato, no valor de R\$ 118.000,00, para a Central de Conciliação; e 02 Fiat Palio, no valor de R\$ 66.352,00, para a Divisão de Transportes. Já em 2016, foi adquirida 01 Pick up Nissan Frontier, no valor de R\$ 114.455,00. Ainda em 2016, o TJSE leiloou 01 caminhonete GM S10, ano 2009, no valor de R\$ 26.000,00; e 02 motos Yamaha RD 135, ano 1997, no valor de R\$ 2.200,00. Também geriu contratos e atas para manutenção, abastecimento, seguro e revisão dos veículos, como também fornecimento de pneus e fardamento para motoristas.

Despesas (R\$) / Ano	2015	2016
Manutenção dos veículos	158.154,33	111.792,73
Compra de pneus	20.896,67	42.440,27
Abastecimentos gasolina	350.414,00	329.724,00
Abastecimentos diesel	161.799,00	157.708,00
Total de despesas anual	691.264,00	641.665,00
Quilometragem rodada (km)	1.254.864	1.214.711
Custo por km rodado da frota (R\$)	0,55	0,53
Consumo de combustível (litros)		
Gasolina	106.968	89.679
Diesel	55.046	49.864
Total	162.014	139.543

Administração

Divisão de Protocolo e Registro

Entre as atividades do setor, está receber processos e petições de 1º e 2º Grau devolvidos pelas partes, cadastrá-los no sistema e encaminhá-los aos setores competentes; encaminhar, através de malotes físicos recolhidos pelos Correios todas manhãs, os processos e petições para os Fóruns Integrados e Gomersindo Bessa; receber processos que se encontram nos diversos setores do TJSE e encaminhá-los ao seu destino; recebe e encaminha aos setores comprovantes de ARs devolvidos pelos Correios; entregar pessoalmente os processos e documentos da Procuradoria Geral do Estado, etc. Também acompanha o Contrato nº 007/2013, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

DIVISÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO		
Serviços	Valor (R\$)	
	2015	2016
Reprodução de documentos xerográficos	334.467,92	169.641,80
Fornecimento de refeições - Grande Aracaju	196.728,50	138.309,35
Fornecimento de refeições - interior	191.034,36	134.182,53
Hospedagem, refeições e salão / auditório	40.450,20	16.580,67

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS				
Objeto contratual	Despesas 2015	Despesas 2016	Número do contrato	Vencimento
Dedetização	R\$ 26.000,00	R\$ 12.640,90	Contrato nº 020/2015	18/04/2017
Confeção de chaves e carimbos	R\$ 12.362,83	R\$ 9.754,50	Ata de Registro nº 024/2015	14/06/2017
Refil para purificadores de água	R\$ 2.460,40	R\$ 4.150,00	Ata de Registro de Preços nº 13/2016	19/04/2016
Água Mineral	R\$ 149.245,20	R\$ 122.718,08	Contrato nº 038/2016	01/07/2017
Lavagem a seco e lavagem com impermeabilização de cadeiras, tapetes, carpetes e sofás	R\$ 28.360,02	R\$ 14.455,35	Contrato nº 070/2015	18/01/2017
Materiais e equipamentos de jardinagem	R\$ 5.617,70	R\$ 403,48	Ata de Registro nº 23/2016	18/05/2017
Serviço de conserto de máquinas e equipamentos	R\$ 38.110,00	R\$ 19.020,00	Contrato nº 015/2015	24/03/2017
Rádio comunicadores	R\$ 2.331,98	R\$ 15.066,70	Ata de Registro nº 50/2016	28/09/2017
Gramas e Plantas p/ o Palácio da Justiça em Processo Licitatório.	em andamento	—	Processo nº 2016/3453	Licitação

Gestão Financeira

Além de cuidar da gestão financeira do TJSE no biênio 2015-2016, a Secretaria de Finanças e Orçamento realizou inúmeras atividades, entre elas a revisão de portarias, elaboração de projeto de lei, atualização anual da tabela de custas processuais, entre outras. Confira a seguir todas as atividades e como foi aplicado o orçamento do Judiciário sergipano.

Exercício de 2015

A Lei nº 7.953, de 30 de dezembro de 2014, aprovou o orçamento do Estado para o exercício de 2015, cabendo ao Poder Judiciário o montante de **R\$ 533.043.601,00**, assim distribuídos:

Recurso do Tesouro Estadual: R\$ 457.023.878,00

Recursos próprios: R\$ 28.200.000,00

Precatórios: R\$ 47.819.723,00

Durante a execução do orçamento foram abertos créditos adicionais no montante de **R\$ 93.047.999,99**, conforme a seguir:

Remanejamento próprio: R\$ 71.980.000,00

Anulação de dotação de outros órgãos: R\$ 21.067.999,99

Ao final do exercício o orçamento alcançou o montante de **R\$ 554.111.600,99**, ocasionando um acréscimo de **3,95%**, em relação ao orçamento inicial, conforme tabela abaixo:

RECURSOS DO TESOIRO E FERD - 2015

Grupo/despesa	Orçamento (R\$)		Despesa empenhada	
	Inicial	Final	Despesa empenhada (R\$)	Execução (%)
Pessoal e Encargos	405.073.602,00	420.041.601,99	356.994.636,93	84,99
Custeio	107.336.999,00	119.546.999,00	90.079.486,16	75,35
Investimento	20.633.000,00	14.523.000,00	1.751.615,63	12,06
Orçamento total TJSE	533.043.601,00	554.111.600,99	448.825.738,72	81,00

Execução da despesa

Com relação ao cumprimento dos limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao gasto com pessoal e encargos, o último quadrimestre correspondeu a 5,53%, abaixo dos limites: prudencial 5,70% e do máximo 6,0%.

DESPESA EXECUTADA - EXERCÍCIO DE 2015 (Recursos do Tesouro e FERD)



Atividades

1. Participação na revisão da Portaria nº 9/2016, que estabeleceu orientações sobre o procedimento para o pagamento e a cobrança das custas processuais, nos termos da Lei nº 5.371, de 09 de junho de 2004; e Portaria 10/2016, que estabeleceu orientações sobre o procedimento para o pagamento e a cobrança das custas processuais, nos termos da Lei nº 5.371, de 09 de junho de 2004;

2. Elaboração do projeto de lei da Lei nº 8.046, de 1º de outubro de 2015, que alterou o art. 9º e os incisos I e II do art. 11, ambos da Lei nº 4.485, de 19 de dezembro de 2001, para que seja alterado no sistema do extrajudicial a forma de rateios da taxa de fiscalização sobre os serviços notariais e de registro;

3. Projeto junto à Diretoria de Modernização para cobrança de custas finais e fiscalização das mesmas;

4. Auditoria virtual nas serventias extrajudiciais, com foco nas prestações de contas dos interinos que ultrapassaram o teto constitucional em arrecadação;

5. Análise de processos administrativos para devolução de custas e emolumentos;

6. Curso presencial e a distância sobre Custas Processuais, sendo o público-alvo servidores da atividade-fim;

7. Elaboração do projeto de lei para atualização da Tabela de Custas Processuais;

8. Elaboração de novo curso de despesas processuais (EAD), com base na Lei 8.85/2015;

9. Atualização do Sistema de Custas e disponibilização das fichas de compensação como alternativa para pagamento de custas;

Gestão Financeira

10. Elaboração de Termo de Referência para contratação, por meio de Ata de Registro de Preços, de empresa especializada na confecção e distribuição de selos de autenticidade dos atos de reconhecimento de firmas, autenticação de documentos, demais atos extrajudiciais e demais atos judiciais. Ou seja, em todos os papéis entregues aos usuários, nas serventias judiciais e extrajudiciais, conforme esse Termo de Referência, relação das localidades distribuídas por região (Anexo I do Termo), os quais serão partes integrantes do contrato;

11. Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada na confecção e distribuição de papel de segurança para utilização dos cartórios oficializados e postos de registro civil em hospitais e maternidades mantidos, adquiridos e de responsabilidade do TJSE, estimado num total de R\$ 15.000,00;

12. Participação junto à Diretoria de Modernização e Secretaria da Fazenda na elaboração de um sistema informatizado para inscrição na dívida ativa da parte que está inadimplente com as custas finais dos processos judiciais, visando aumentar a arrecadação do Poder Judiciário;

13. Participação em projeto de desenvolvimento e implementação de sistema para uso de selo digital nas serventias de todo o Estado;

14. Atualização anual da tabela de custas processuais;

15. Elaboração de projeto de lei para atualização e correção anual da tabela de emolumentos para aumentarmos a arrecadação imediata do FERD;

16. Recolhimento de selos de todas as serventias extrajudiciais do Estado devido a implementação do selo digital em Sergipe.

Exercício de 2016

A Lei 8.088, de 06 de janeiro de 2016, aprovou o orçamento do Estado, para o exercício de 2016 cabendo ao Poder Judiciário o montante de **R\$ 499.268.165,00**, assim distribuídos:

Recursos do Tesouro Estadual: R\$ 466.288.165,00

Recursos Próprios: R\$ 33.000.000,00

Durante a execução do orçamento foram abertos créditos adicionais no montante de **R\$ 74.096.932,00**, conforme a seguir:

Remanejamento próprio: R\$ 33.400.000,00

Anulação de dotação de outros órgãos: R\$ 17.596.932,00

Superávit financeiro: 23.100.000,00

Ao final do exercício o orçamento alcançou o montante de **R\$ 539.965.097,00**, ocasionando um acréscimo de **8,15%**, em relação ao orçamento inicial, conforme tabela abaixo:

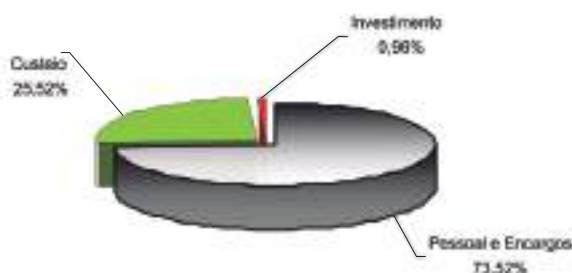
RECURSOS DO TESOIRO E FERD - 2016

Grupo/Despesa	Orçamento (R\$)		Despesa empenhada	
	Inicial	Final	Despesa empenhada (R\$)	Execução (%)
Pessoal e Encargos	385.441.560,00	394.228.492,00	387.701.053,42	98,34
Custeio	104.321.318,00	139.255.430,00	134.554.377,74	96,62
Investimento	9.505.287,00	6.481.175,00	5.067.169,06	78,18
Orçamento total TJSE	499.268.165,00	539.965.097,00	527.322.600,22	97,66

Execução da despesa

Com relação ao cumprimento dos limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao gasto com pessoal e encargos, o 3º quadrimestre correspondeu a 5,48%, abaixo dos limites: prudencial de 5,70% e do máximo de 6,0%.

DESPESA EXECUTADA - EXERCÍCIO DE 2016 (Recursos do Tesouro e FERD)



Assessoria Especial da Presidência



As Juízas Auxiliares da Presidência Brígida Declerc Fink e Dauquíria de Melo Ferreira

Diversos tipos de atos normativos, como Resoluções, Portarias e Emendas Regimentais foram elaboradas pela Assessoria Especial da Presidência do TJSE no biênio 2015/2016. Além disso, as Juízas Auxiliares Dauquíria de Melo Ferreira e Brígida Declerc Fink prestaram toda a assessoria necessária ao Presidente para o bom funcionamento das gestões administrativa, financeira e tecnológica do TJSE. Veja os principais Atos Normativos publicados nos últimos dois anos.

Emendas regimentais

1/2015: nova redação ao artigo 126 do Regimento Interno do TJSE.

2/2015: estabelece a fase de inquérito para as ações penais originárias do TJSE.

1/2016: atribui competência às Câmaras Cíveis Reunidas para processo e julgamento de incidentes de uniformização e conflitos de competência.

2/2016: modifica e estabelece procedimento acerca do pedido de vistas em processos judiciais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário de Sergipe.

3/2016: adequa o Regimento Interno do TJSE à Lei Federal 13.105, de 16/3/2015 (novo Código de Processo Civil).

4/2016: disciplina o processamento e o julgamento da Correição Parcial, no âmbito criminal, destinada ao questionamento de decisões judiciais não impugnáveis por outros meios recursais.

5/2016: adequa o Regimento Interno do TJSE às Resoluções do CNJ e STJ.

6/2016: altera o Regimento Interno do TJSE para modificar os critérios de titularização do Juiz de Direito Substituto.

Assessoria Especial da Presidência

Resoluções

- 1/2015:** torna público o subsídio mensal da magistratura do TJSE.
- 2/2015:** corrige monetariamente a tabela de custas judiciais e o limite para a cobrança da taxa judiciária do TJSE.
- 3/2015:** altera a Resolução 29, de 19/11/2014, para possibilitar que o serviço voluntário seja exercido por servidor efetivo.
- 4/2015:** altera a Resolução nº 20, de 19/09/2012, que regulamenta os critérios de convocação dos Juizes de Direito para substituição dos Desembargadores.
- 5/2015:** altera a Resolução nº 11/2001 para modificar o horário de funcionamento do Centro Médico e Odontológico do Poder Judiciário.
- 6/2015:** institui a comunicação oficial pelos Correios através do projeto 'Correspondência com Aviso de Recebimento Digital - AR Digital'.
- 7/2015:** aprova o Planejamento Estratégico do TJSE para o período de 2015 a 2020.
- 8/2015:** aprova Projeto de Lei que reajusta a Tabela de Emolumentos estabelecida pela Lei nº 6.310, de 20/12/2007.
- 9/2015:** aprova, *ad referendum*, o nome de novo Presidente da Comissão Examinadora do concurso público de ingresso e remoção dos serviços Notariais e de Registro de Sergipe.
- 10/2015:** dispõe sobre a concessão de diárias aos membros e servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
- 11/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei que institui gratificação por atividade de ensino a magistrado e servidor do Quadro de Pessoal do TJSE.
- 12/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei que institui Taxa sobre a utilização do *Diário de Justiça Eletrônico* para publicação de editais de proclamas de casamento.
- 13/2015:** rege os procedimentos adotados nos Juizados Especiais do Estado de Sergipe.
- 15/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 88, de 30/10/2003.
- 16/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei que altera o art. 9º e os incisos I e II do art. 11º, ambos da Lei Estadual nº 4.485, de 19/12/2001.
- 17/2015:** institui a Ouvidoria Ambiental na estrutura da Ouvidoria Geral do TJSE.
- 18/2015:** aprova proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre criação do Juiz Leigo no Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe.
- 19/2015:** disciplina a competência territorial administrativa dos Fóruns Integrados da Comarca de Aracaju.
- 20/2015:** dispõe sobre o Protesto de Certidões da Dívida Ativa da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal.
- 21/2015:** aprova proposta orçamentária do TJSE para o exercício financeiro de 2016.
- 22/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei que acrescenta o § 3º ao artigo 1º da Lei nº 5.371, de 09/06/2004, altera o art. 4º da Lei 3.657, de 24/10/1995.
- 23/2015:** dispõe sobre o recesso forense e a suspensão de prazos processuais no TJSE.
- 24/2015:** dispõe sobre a Medalha do Mérito do Serviço Público Judiciário.
- 25/2015:** modifica dispositivos da Resolução nº 16/2007, que regulamenta, no âmbito do Quadro de Pessoal do TJSE, a aplicação do art. 61 da Lei nº 2.148/1977, dispondo sobre os critérios objetivos para remoção, permuta, lotação definitiva e provisória de Técnicos, Analistas Judiciários, Agentes de Serviços Judiciários e Serventuários do quadro do TJSE.
- 26/2015:** aprova a proposta de Projeto de Lei que revoga o Art. 6º e os parágrafos 1º e 2º, do Art. 7º da Lei nº 7.518, de 26/12/2012.
- 27/2015:** regulamenta o Plantão Judiciário no Estado de Sergipe.
- 28/2015:** desativa Distritos Judiciários.
- 29/2015:** estabelece critérios para a concessão de Gratificação por Atividade de Ensino no âmbito do Poder Judiciário.
- 30/2015:** altera a Resolução 15/2004 para conferir à Ouvidoria do TJSE as atribuições relativas à prestação de informações ao cidadão tratadas na Lei Federal 12.527/2011.
- 31/2015:** regulamenta a Lei Complementar Estadual 265, de 01/10/2015, para dispor sobre o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e sobre o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no âmbito do TJSE.
- 32/2015:** altera a Resolução nº 31/2014, que autoriza a abertura de Concurso Público e constitui a Comissão de Concurso para ingresso no cargo de Juiz Substituto do TJSE.
- 33/2015:** acrescenta a alínea "e" no artigo 3º da Resolução 19/1991.
- 34/2015:** disciplina o recolhimento e destinação da Taxa incidente sobre a utilização do *Diário de Justiça Eletrônico* para publicação de editais de proclamas de casamento.
- 35/2015:** aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJSE para o período de 2015 a 2020.
- 1/2016:** aprova a atualização monetária das custas judiciais do TJSE para o ano de 2016.
- 2/2016:** aprova a atualização monetária dos emolumentos para os serviços notariais e registrais no Estado de Sergipe para o ano de 2016, de acordo com a Lei 8.085/2015.
- 3/2016:** aprova a proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão do vencimento básico dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do TJSE.
- 4/2016:** altera a Resolução nº 31/2014, modificada pela Resolução nº 32/2015, que autoriza concurso público e constitui a comissão para ingresso no cargo de Juiz Substituto do TJSE. 5/2016: desativa Distritos Judiciários.
- 6/2016:** regulamenta a concessão do Adicional de Qualificação instituído pela Lei Estadual nº 6.418, de 26/05/2008, alterada pela Lei Estadual nº 7.869, de 02/07/2014, e revoga a Resolução nº 25/2008 do TJSE.

7/2016: estabelece a Instrutoria em vídeo-aula.

8/2016: aprova proposta de Projeto de Lei que altera o §4º do artigo 2º da Lei nº 6.415, de 02/05/2008, que instituiu o auxílio-saúde.

9/2016: regulamenta a Lei nº 8.104, de 19/04/2016, que altera o §4º do Artigo 2º da Lei nº 6.415, de 02/05/2008, que dispõe sobre a concessão do Auxílio-Saúde, em pecúnia, aos magistrados e servidores ativos e inativos do quadro de pessoal do TJSE.

10/2016: disciplina a realização, pelo TJSE, do período de preparação psicossocial e jurídica para os postulantes à adoção.

11/2016: altera Resolução nº 027/2015 para estabelecer critérios na escala de Desembargadores nos Plantões Judiciários durante o recesso forense; dispor sobre a substituição por impedimento e suspeição de Magistrados plantonistas; alterar o quantitativo de folgas para magistrados.

12/2016: regulamenta o teletrabalho no âmbito do TJSE.

13/2016: dispõe sobre o acesso às dependências do Poder Judiciário, bem como o controle de ponto de seus integrantes, mediante o uso de tecnologia biométrica digital.

14/2016: regulamenta a Lei nº 6.351, de 4/01/2008, que institui premiação de servidores.

15/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 152, de 28/04/2008, estabelecendo o critério de promoção por antiguidade e merecimento para os juizes substitutos.

16/2016: altera especialidade do cargo vago Analista Judiciário/Telecomunicações TJSE.

17/2016: transfere para o Departamento de Precatórios o processamento dos feitos de precatórios das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, por suas administrações direta e indireta.

18/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.310, de 20/12/2007, que estabelece a tabela de emolumentos para os serviços notariais e de registro de Sergipe.

19/2016: aprova proposta orçamentária do TJSE para o exercício financeiro de 2017.

20/2016: institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de processo eletrônico administrativo no âmbito do TJSE.

21/2016: regulamenta o gozo da licença-prêmio, bem como a possibilidade de sua indenização no âmbito do TJSE.

22/2016: altera dispositivos da Resolução 19, de 09/12/1991, que dispõe sobre cálculo, recolhimento, aplicação, fiscalização e contabilização do Fundo Especial de Recursos e de Despesas do TJSE.

23/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei que transforma cargos do quadro do TJSE.

24/2016: aprova proposta de Projeto de Lei que modifica a competência e a denominação do 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Aracaju, altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30/10/2003, (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).

25/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que acrescenta e altera dispositivo da Lei Complementar nº 129, de 21/07/2006.

26/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei Complementar que altera dispositivo da Lei Complementar nº 129, de 21/07/2006.

27/2016: desativa Distritos Judiciários.

28/2016: dispõe sobre os procedimentos de segurança institucional de magistrados e servidores em situação de risco.

29/2016: aprova a proposta de Projeto de Lei que disciplina o uso do termo cartório ou cartório extrajudicial no âmbito do Estado de Sergipe.

30/2016: modifica a Resolução 31, de 18/11/2015, para agregar os serviços das unidades itinerantes, prevista no Item 26, do Anexo III da Lei Complementar Estadual 88, de 30/10/2003, alterada pela Lei Complementar 274, de 18/11/2016.

Projetos de Lei

- Dispõe sobre o reajuste monetário da Tabela de Emolumentos estabelecida pela Lei nº 6.310, de 20/12/2007.

- Institui a gratificação por atividade de ensino no âmbito do Poder Judiciário, acresce dispositivo à Lei nº 7.250, de 26/12/2012, altera § 3º do art. 1º da Lei nº 6.418, de 26/05/2008 e revoga o artigo 1º da Lei nº 6.642, de 26/06/2009.

- Dispõe sobre o Fundo Especial de Recursos e Despesas do TJSE.

- Institui Taxa sobre a utilização do *Diário de Justiça Eletrônico* para publicação de editais de proclamas de casamento.

- Altera o art. 9º e os incisos I e II do art. 11º, ambos da Lei nº 4.485, de 19/12/2001 (Taxa de fiscalização - Ferd).

- Acrescenta e altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº 129, de 21/7/2006.

- Altera a Lei Complementar nº 88, de 30/10/2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), para incluir o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na estrutura do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, estabelecer competência material para conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem e para os requerimentos de apreensão e reintegração na posse de veículos na Comarca de Aracaju.

- Dispõe sobre criação do juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais de Sergipe.

- Acrescenta o § 3º ao artigo 1º da Lei nº 5.371 de 09/6/2004, altera o art. 4º da Lei 3.657, de 24/10/1995.

- Revoga dispositivos da Lei nº 7.518, de 26/12/2012, que institui a Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI).

- Regulamenta a Lei nº 8.104, de 19/4/2016, que altera o §4º do Artigo 2º da Lei nº 6.415, de 02/05/2008, que dispõe sobre a concessão do Auxílio-Saúde, em pecúnia, aos magistrados e servidores ativos e inativos do quadro do TJSE.

- Modifica a Lei Complementar Estadual nº 244, de 02/07/2014.

Assessoria Especial da Presidência

- Dispõe sobre a revisão do vencimento básico dos cargos efetivos do quadro do TJSE.

- Transforma cargos do quadro do TJSE.

- Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 88, de 30/10/2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).

- Altera o §4º do Artigo 2º da Lei nº 6.415, de 02/05/2008, que instituiu o auxílio-saúde e dá outras providências, modificada pela Lei nº 7.369, de 29/12/2011.

- Modifica a competência e a denominação do 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Aracaju, altera a Divisão Judiciária do Estado e Anexos da Lei Complementar nº 88, de 30/10/2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe).

- Acrescenta e altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº 129, de 21/07/2006 (direção de fórum).

- Modifica órgãos, cargos e funções da estrutura administrativa do TJSE.

- Revoga a Lei nº 7.518, de 26/12/2012, que institui a GEI, alterada pela Lei nº 8.063, de 23/11/2015; e institui o auxílio interiorização (AI).

- Disciplina o uso dos termos cartório ou cartório extrajudicial no âmbito de Sergipe.

Instruções Normativas

01/2015: estabelece procedimento para as modificações do sistema de controle processual do 2º grau de jurisdição.

02/2015: define regras sobre devolução de servidores.

03/2015: institui procedimento para requisição de servidores do apoio administrativo/operacional do TJSE às Prefeituras Municipais e órgãos do Estado.

04/2015: dispõe sobre a escala de férias dos servidores do TJSE, bem como substituições decorrentes das férias.

05/2015: regulamenta concessão de folga para os servidores convocados pela Justiça Eleitoral, na forma do art. 98 da Lei 9.504, de 30/09/1997, no âmbito do TJSE.

06/2015: regulamenta o procedimento de sobrestamento dos feitos atingidos por recurso repetitivo ou repercussão geral no âmbito do TJSE, bem como as atividades do Nurer.

07/2015: estabelece procedimento para envio e recebimento de malotes físicos, virtuais e demais correspondências.

08/2015: institui procedimento para nomeação de servidores que não compõem o quadro efetivo do TJSE.

09/2015: estabelece prazo a todas as unidades do TJSE para resposta aos questionamentos encaminhados pela Ouvidoria.

10/2015: dispõe sobre procedimentos relacionados ao estágio no âmbito do TJSE.

11/2015: dispõe sobre o Projeto de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

12/2015: dispõe sobre aquisição de passagens aéreas no âmbito do TJSE.

13/2015: disciplina a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades jurisdicionais de Sergipe para o Comando do Exército.

14/2015: altera o art. 5º, caput da Instrução Normativa nº 07/2015.

15/2015: institui a Biblioteca Digital, estabelece procedimento para cadastro e acesso à plataforma virtual.

16/2015: altera a Instrução Normativa nº 11/2015 que "dispõe sobre o Projeto de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe".

01/2016: altera a Instrução Normativa nº 11/2015 que "dispõe sobre o Projeto de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe".

02/2016: dispõe sobre o Controle Integrado de Fiscalização e Acompanhamento das Alternativas Penais (Cifap).

03/2016: estabelece procedimento para devolução de custas processuais e de emolumentos.

04/2016: disciplina o uso de internet e e-mail em todo o Poder Judiciário de Sergipe.

05/2016: dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe.

06/2016: dispõe sobre a tramitação dos processos criminais eletrônicos no âmbito do 1º Grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

07/2016: dispõe sobre a concessão de diárias de hotel para as pessoas a serviço do Tribunal do Júri na capital e no interior do Estado.

08/2016: altera a Instrução Normativa nº 05/16 que "dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe".

09/2016: estabelece orientações sobre o procedimento para o pagamento e a cobrança das custas processuais, nos termos da Lei nº 5.371, de 09/06/2004.

10/2016: estabelece orientações sobre o procedimento para o pagamento e a cobrança das custas processuais, nos termos da Lei nº 5.371, de 09/06/2004.

11/2016: altera a Instrução Normativa 08, de 05/02/2007, para atualizar os serviços prestados pelo atendimento feral dos Fóruns Integrados da capital e do interior.

12/2016: dispõe sobre a utilização institucional de telefonia celular, internet móvel e minimodem pelos magistrados e servidores do TJSE.

13/2016: dispõe sobre a remessa de peças processuais à Procuradoria-Geral de Justiça necessárias à instrução de representação para declaração de indignidade/incompatibilidade de oficiais e praças das corporações militares estaduais.

Consultoria Geral

Assessorar a Presidência do TJSE não somente em relação a processos administrativos e judiciais, mas também gerenciar ou participar de inúmeras atividades necessárias ao bom andamento do Tribunal são tarefas da Consultoria Geral. Confira o que foi realizado durante a gestão do Desembargador Luiz Mendonça:

- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes (Meta 7 do CNJ);

- Assessoria à Presidência nos processos administrativos e judiciais em que foi parte ou necessitou atuar, emitindo pareceres, proferindo despachos e decisões e apresentando contrarrazões;

- Triagem dos telegramas oriundos dos Tribunais Superiores e prestação de informações solicitadas quando o processo já se encontra julgado no 2º grau;

- Gerenciamento do acervo de processos sobrestados no TJSE, realizando o sobrestamento no Sistema de Controle de 2º grau e cadastrando os temas novos;

- Composição e funcionamento do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer), mantendo e disponibilizando dados atualizados sobre os recursos sobrestados no Tribunal, identificando o acervo a partir do tema e do recurso paradigma conforme classificação do STJ e STF;

- Realização do juízo de conformidade dos processos sobrestados;

- Envio trimestral do relatório quantitativo dos processos sobrestados no Tribunal e Turma Recursal ao STF, STJ e CNJ

- Desenvolvimento, junto ao CPD, de ferramentas que auxiliem na gestão dos processos sobrestados;

- Encaminhamento via e-mail dos temas e processos afetados e desafetados nos Tribunais Superiores aos magistrados, bem como suas decisões, quando proferidas;

- Em fase de implementação das novidades trazidas com a Resolução 235 do CNJ, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previsto na lei 13.105/2015.

- Indicação dos servidores que irão compor o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) NUGEP, bem como as medidas necessárias à implantação do mesmo no TJSE;

- Contato com o Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ para disponibilizar o formulário eletrônico referido no art. 14 da resolução 235 do CNJ.

- Participação em reuniões periódicas referentes ao Planejamento Estratégico e controle de metas no TJSE.



Precatórios

As ações do Departamento de Precatórios (Deprec), no biênio 2015-2016, visaram trazer celeridade e transparência na gestão dos precatórios, aproximando os interessados, credores e entes devedores de todas as etapas necessárias à realização dos pagamentos. Isso possibilitou a todos, inclusive ao público de forma geral, pleno conhecimento das questões relacionadas aos precatórios, mediante simples consulta ao Portal Precatórios, no sítio eletrônico do TJSE. Além disso, a gestão atual alcançou a cifra de R\$ 60.607.128,52 em recursos pagos. Confira a seguir todas as ações do Departamento de Precatórios (Deprec) do TJSE.

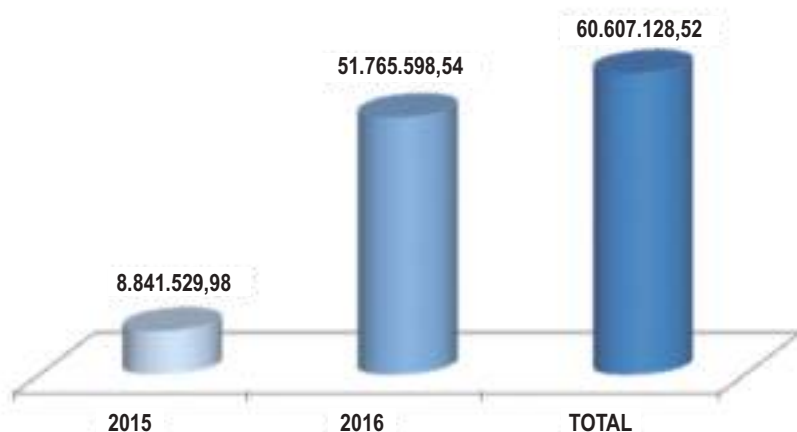
Pagamentos de Precatórios

Diante do trabalho de estruturação do Departamento de Precatórios, inclusive implementação do sistema de controle de precatórios, bem como visando tornar mais célere e transparente o pagamento dos precatórios, o Deprec projetou eficiente e seguro modelo de pagamento por meio de pautas de audiência. Através delas, credores, advogados e representantes dos entes devedores acompanham de perto o trabalho desenvolvido pelo Departamento, com total e prévio acesso aos cálculos de atualização e demais atos necessários à tramitação dos precatórios

Isso garantiu maior transparência e lisura aos trabalhos desenvolvidos e, em não havendo impugnação, na data designada para a solenidade o credor já tem de imediato o alvará liberado para levantamento do valor respectivo junto à instituição bancária. Dentro dessa sistemática, os atos que precedem a realização dos pagamentos permitem total acompanhamento pelos interessados, aproximando a todos do trabalho realizado pelo Departamento, ante a divulgação das pautas por meio da Agência de Notícias do TJSE, com intimação dos advogados por meio do *Diário Oficial de Justiça* (DJE) e envio de correspondências aos credores.

A totalização de recursos provisionados/pagos alcançou a cifra de R\$ 60.607.128,52, consoante retratado no seguinte gráfico:

PROVISIONAMENTO/PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS



Precatório Eletrônico

Desenvolvido por módulos, a implantação do sistema eletrônico foi fruto de um trabalho conjunto do Deprec, Diretoria de Modernização e Diretoria de Tecnologia, resultando num sistema que possibilita o controle na tramitação dos precatórios, das listas de cronologia, ferramenta de cálculos e de pagamentos. Com a implementação do precatório eletrônico, todos os ofícios precatórios passaram a ser enviados e geridos de forma totalmente eletrônica, trazendo a otimização dos trabalhos desenvolvidos pelas secretarias dos Juízos da Execução e do próprio Deprec. Aliado ao sistema de controle de precatórios, foi desenvolvida uma ferramenta automatizada de verificação e precisão de cálculos, objetivando assegurar a correção da ferramenta de cálculos, denominada PRECISO, de modo a trazer maior confiabilidade à sistemática de cálculos.

Transferência dos precatórios para tramitação exclusivamente pelo Deprec

Através da Resolução nº 17/2016, do Tribunal Pleno do TJSE, foram transferidos para o Deprec o processamento dos feitos de precatórios das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, por suas administrações direta e indireta. Antes, esses feitos tramitavam por uma escrivaninha judicial. Em continuidade ao trabalho de estruturação do Deprec, a mudança permitiu a padronização dos procedimentos, com resultados que objetivam a celeridade e a transparência dos atos atinentes aos processos administrativos dos precatórios.

Digitalização dos precatórios físicos

Integrante do projeto que resultou na entrada em produção do precatório eletrônico, a digitalização dos precatórios físicos em tramitação foi iniciada e regulamentada por meio da Portaria TJSE nº 78 – GP1 – Normativas.

Recolhimento do Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação (ITCMD)

Diante da obrigatoriedade no recolhimento dos impostos devidos por ocasião do pagamento dos precatórios, foi assinado Termo de Cooperação pela Presidência do TJSE, Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado da Fazenda, objetivando agilizar o recolhimento do ITCMD. Assim, o Deprec, a partir do endereço eletrônico da Sefaz, emite o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) a ser pago pelo herdeiro ou legatário do credor ou beneficiário do precatório houver falecido.

Requisição de Pequeno Valor (RPV)

O TJSE, através do Deprec, em trabalho conjunto com a Diretoria de Modernização e Secretaria de Tecnologia, implantou o Sistema Eletrônico de Expedição e Controle da Requisição de Pequeno Valor (RPV). A nova ferramenta possibilita a expedição e o controle dos pagamentos das RPVs em todas as unidades judiciárias do Estado, além de permitir o acompanhamento e fiscalização dos pagamentos pela Presidência, como orienta o CNJ. O sistema permite a consulta das RPVs por vários tipos de filtro, como por exemplo, processos por unidade judiciária, por ente devedor e expedições por ano.

Comitê Gestor das Contas Especiais

O Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios do Estado de Sergipe, conforme Portaria nº 216/2015 – GP2 –



Pagamento de precatórios a credores do Estado de Sergipe em dezembro de 2015

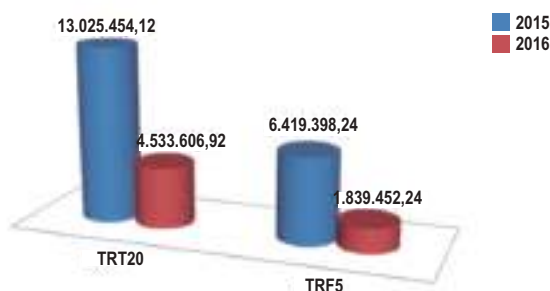
Constitutivas, possui como membros titulares os Juizes Marcos de Oliveira Pinto, representante do TJSE; Edmilson da Silva Pimenta, do TRF5/SE; e Antônio Francisco de Andrade, do TRT20. Nas reuniões do Comitê ocorridas na atual gestão, foram tomadas importantes decisões visando a efetivação dos pagamentos dos precatórios existentes nos três Tribunais.

Entre as decisões do Comitê, destacam-se: proposta de Convênio entre os Tribunais integrantes do Comitê Gestor e, após sua celebração, ocorrida ainda no ano de 2015, a edição do ato normativo e do ato de rateio garantidores dos repasses de verbas para pagamentos de precatórios nos respectivos Tribunais; adequação do regime de pagamento dos precatórios dos entes devedores, em regime

especial e comum; efetivação do ato de rateio, com a transferência dos valores para cada um dos Tribunais visando o pagamento de precatórios; adoção das providências necessárias objetivando os repasses em conformidade com a decisão proferida nos autos da Consulta nº 0005292.39.2013.2.00.000/CNJ, bem como posterior decisão liminar, que autorizou o repasse proporcional de valores nos moldes anteriormente implementados, permitindo a edição do Ato de Rateio 01/2016.

No biênio 2015-2016, além dos recursos destinados para pagamento de precatórios junto ao Tribunal de Justiça, foi assegurado o repasse de R\$ 25.817.911,52 para o TRT20 e TRF5. Todos os valores rateados são disponibilizados no Portal Precatórios do TJSE.

REPASSES FINANCEIROS



Na atual gestão, foram realizadas as seguintes pautas:

■ **30/06/2015**, audiência para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do município de Poço Redondo;

■ **30/07/2015**, audiência para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Estado de Sergipe;

■ **13/08/2015**, audiência para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do município de Aracaju;

■ **04/08/2015**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Departamento de Estradas de Rodagem de Sergipe (DER/SE);

■ **06/11/2015**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Sergipeprevidência;

■ **10/12/2015**, audiências para o pagamento de precatórios, na ordem cronológica, dos credores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

■ **17/12/2015**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Estado de Sergipe;

■ **26/02/2016**, audiências para o pagamento de precatórios, na ordem cronológica, dos credores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

■ **29/02/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores Sergipeprevidência;

■ **31/03/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores dos municípios de Aracaju, Arauá, Areia Branca, Boquim, Canhoba, Divina Pastora, Estância, Feira Nova, Frei Paulo, General Maynard, Graccho Cardoso, Lagarto, Malhador, Maruim, Monte Alegre,

Precatórios

Muribeca, N. Sra. da Glória, N. Sra. das Dores, N. Sra. do Socorro, Pacatuba, Pedrinhas, Poço Redondo, Poço Verde, Pinhão, Porto da Folha, Própria, além da Emsurb;

■ **30/05/2016**, no 3º andar do Palácio da Justiça – Tobias Barreto, na Praça Fausto Cardoso, Centro, a partir das 7:40 horas, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Sergipeprevidência e dos municípios de Aracaju, N. Sra do Socorro, Poço Redondo e Tobias Barreto;

■ **31/05/2016**, audiências para o pagamento de precatórios pela ordem cronológica dos credores dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Canhoba, Carira, Cedro de São João, Cristinápolis, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, General Maynard, Graccho Cardoso, Itabaiana, Japoatã, Lagarto, Malhador, N. Sra. do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e Siriri;

■ **28/06/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Sergipeprevidência;

■ **29/07/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Estado de Sergipe;

■ **17/08/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Estado de Sergipe;

■ **14/09/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Sergipeprevidência;

■ **25/10/2016**, audiências para o pagamento das preferências constitucionais dos credores do Estado de Sergipe (administração direta e indireta) e do município de Aracaju (administração indireta);

■ **29/11/2016**, audiências para o pagamento de precatórios pela ordem de cronologia do ente devedor Estado de Sergipe.

Comitê Estadual de Precatórios

Visando dar cumprimento ao contido na Resolução CNJ nº 158/2012 e no Regimento Interno do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec), foi constituído o Comitê Estadual de Precatórios no Estado de Sergipe, sendo este integrado por representantes da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho; Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho; Procuradoria Geral do Estado; OAB; Advocacia-Geral da União; e um representante dos municípios, conforme Portarias TJSE nºs 878/2015 e 519/2016, ambas GP2 – Constitutivas. O Comitê, por sua natureza e finalidade, constitui-se em um ambiente propício e multifocal de discussão e aprimoramento das boas práticas a respeito da gestão de precatórios em Sergipe.

Câmara Nacional de Gestores de Precatórios

Fruto dos encontros e discussões dos Juizes Estaduais Gestores de Precatório, visando o aprofundamento jurídico acerca da temática dos precatórios, bem como permitir maior troca de experiências quanto às boas práticas, o TJSE, por convênio, aderiu à constituição da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios em maio do ano de 2015. A participação do TJSE nas reuniões se realiza por meio da representação do seu Juiz Gestor, revelando-se de grande importância para o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelo Deprec. O Juiz Gestor do Deprec, Marcos de Oliveira Pinto, no ano de 2016, foi eleito 1º suplente da nova Diretoria da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, cuja eleição ocorreu no encontro realizado no TJPE.



Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, em agosto de 2016 no TJPE



Reunião do Comitê Gestor de Precatórios de Sergipe

Planejamento e Desenvolvimento

A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (Diplad) do TJSE, no biênio 2015-2016, acompanhou as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Poder Judiciário, organizou os encontros anuais do Planejamento Estratégico e seis Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), entre outras atividades. Uma das novidades na gestão foi a coordenação do grupo de trabalho para a implantação, no âmbito do TJSE, do Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Metas do CNJ	Ano / Cumprimento	
	2015	2016*
1 – Julgar mais processos que os distribuídos	98,04% (1º grau) 100,4 % (2º grau)	98,05% (1º grau) 100,5 % (2º grau)
2 – Julgar processos mais ágeis	118,71% (1º grau) 116,92% (2º grau)	113,72% (1º grau) 111,01% (2º grau)
3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação	100%	83%
4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	107,53%	91,71% (1º grau) 136,05% (2º grau)
5 – Impulsionar processos à execução	somente Justiças do Trabalho e Federal	100%
6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas	64,61% (1º grau) 100% (2º grau)	115,99% (1º grau) 125% (2º grau)
7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	100%	100%
8 – Implementar práticas de Justiça Restaurativa	não houve esta meta	100%

*Até o dia 12/12/2016

GOVERNANÇA COLABORATIVA

Planejamento Estratégico

O evento faz parte do calendário anual de acompanhamento e execução do planejamento do TJSE e reúne magistrados, servidores e gestores dos macrodesafios para pensar o futuro do Judiciário sergipano. O VII Encontro Anual aconteceu em 31 de agosto de 2015, com o tema 'Superando macrodesafios: conhecer para planejar melhor'. A oitava edição foi realizada em 29 de agosto de 2016, com o tema 'Um Judiciário atuante para uma sociedade consciente'.

Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)

Foram realizadas seis RAEs, sendo três em 2015 e outras três em 2016, a última delas no dia 11 de novembro (25ª edição). Nas reuniões, o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TJSE reúne-se para atualizar as informações sobre os projetos estratégicos em andamento, discutir os macrodesafios e apresentar novas iniciativas desenvolvidas.

Encontros Nacionais do CNJ

O Presidente do TJSE, Desembargador Luiz Mendonça, participou, em Brasília, do 9º Encontro Nacional do Judiciário, evento no qual foram definidas as oito metas nacionais para 2016, além de nove metas para ramos específicos da Justiça e uma diretriz estratégica, direcionada ao cumprimento de direitos previstos em tratados, convenções e demais instrumentos internacionais relativos a direitos humanos.

Priorização do 1º Grau

No dia 17 de novembro de 2015, o Comitê Gestor Orçamentário de Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição apresentou à Presidência do TJSE um plano de ação a ser colocado em prática até o final da gestão. A ideia é fomentar, coordenar, implementar projetos e ações voltados para o 1º grau de jurisdição, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade, celeridade, eficácia e eficiência dos serviços judiciários. O Comitê Gestor Regional é formado por magistrados e servidores (titulares e suplentes) indicados pela administração

do Poder e por representantes das associações de classe (Amase e Sindijus).

Pesquisa Anual de Satisfação

Foram realizadas duas, sendo a 8ª edição em 10 de maio de 2016. A última pesquisa, além da Comarca de Aracaju, foi aplicada nas Comarcas de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Tobias Barreto, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Estância e Nossa Senhora da Glória. A pesquisa, que passou a integrar o Macrodesafio Estratégico da Garantia dos Direitos da Cidadania, aborda vários temas como atendimento nas recepções, secretarias, audiências, estruturas físicas, assim como os serviços oferecidos como Ouvidoria, Disque Processo, Justiça Volante, Juizado Expresso e a confiabilidade no Judiciário.

Visitas ao TJSE e Diplad

Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI): o Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), Erivan Lopes, e mais nove pessoas, entre magistrados e assessores, participaram do VIII Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE e aproveitaram a ocasião para conhecer diversos setores do Judiciário sergipano.

Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP): no dia 7 de junho de 2016, uma comitiva do TJAP conheceu metodologia de distribuição da força de trabalho e as medidas de incentivo por desempenho para os servidores, desenvolvidas pelo TJSE.

Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA): em 12 de julho de 2016, o TJSE recebeu a visita de magistrados da Bahia, que vieram a Sergipe conhecer o trabalho desenvolvido pelo Judiciário sergipano e trocar experiências na área administrativa, principalmente, no que diz respeito à distribuição da força de trabalho no 1º e 2º graus de jurisdição.

SEI SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI)

A Diplad coordenou o grupo de trabalho para implantação do SEI e passou a ser gestora, no âmbito do TJSE, do sistema desenvolvido pelo TRF4. A ferramenta permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo e reduzindo o tempo de realização das atividades. O SEI possibilita melhorias no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e satisfação do público usuário e redução de custos.

Planejamento e Desenvolvimento



9º Encontro Nacional do Poder Judiciário



Pesquisa de satisfação



Reunião de análise estratégica



VII Encontro Anual do Planejamento Estratégico



VIII Encontro Anual do Planejamento Estratégico



Visita de magistrados do TJPI

Modernização

Ao longo dos últimos dois anos, a Diretoria de Modernização Judiciária (Dimoj) desenvolveu mais de 60 projetos. Entre os principais, estão a implantação e ampliação da Audiência de Custódia, implantação das audiências por videoconferência e a virtualização de 89 Varas, através da implantação do processo judicial eletrônico em todas unidades jurisdicionais de competência criminal da capital e do interior do Estado. Para que o TJSE também pudesse se adaptar da melhor forma ao novo Código de Processo Civil (CPC), que entrou em vigor no dia 18 de março de 2016, a Dimoj atendeu a inúmeras demandas, construindo e implementado novos procedimentos.

UNIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO

Juizados Especiais Cíveis e Criminais das Comarcas de São Cristóvão, Estância, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro: modificação do sistema informatizado dos Juizados Cíveis e Criminais para o Sistema de Controle Processual Virtual o que possibilitou a tramitação do processo judicial eletrônico no âmbito criminal. Foram impactados os Juizados Especiais Cíveis e Criminais das Comarcas de São Cristóvão, Lagarto, Estância, Itabaiana e Nossa Senhora do Socorro, num total de 6 unidades jurisdicionais.

Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Aracaju: modificação do sistema informatizado dos Juizados Especiais da Comarca de Aracaju, sendo as últimas unidades a receberem o Sistema de Controle Processual Virtual, passando todas as unidades jurisdicionais do 1º grau de jurisdição a utilizarem o mesmo sistema informatizado. Foi migrado o sistema de 10 Juizados Especiais.

Implantação do processo eletrônico nas varas criminais e varas de competência plena: implantação do processo judicial eletrônico criminal em todas unidades jurisdicionais de competência criminal da capital e do interior do Estado, com a consequente alteração do sistema informatizado. Ao total foram virtualizadas 89 Varas.

PRECATÓRIOS

Projeto - 1ª Fase - Cálculo e ordem de pagamento: elaboração e implantação do sistema de controle de cálculos, entidades



Primeira audiência de custódia em Sergipe, em 2 de outubro de 2015

devedoras e gerenciamento da lista de pagamento do Departamento de Precatório.

Projeto - 2ª Fase - Precatório eletrônico: elaboração e implantação do sistema eletrônico de precatório para permitir a confecção, análise e distribuição eletrônica do ofício precatório e desenvolvimento de fluxo administrativo controlado para o Departamento de Precatórios.

Projeto - 3ª Fase - Digitalização do legado: elaborado projeto de fluxo e controle de digitalização do legado de precatórios.

NOVO CPC

Fluxo de Editais: alterações implementadas no sistema de controle processual que o adequaram ao novo CPC.

Comunicações Processuais - Fazenda Pública: minuta de convênio confeccionada para que a Fazenda Pública realize a carga dos autos diretamente nas unidades jurisdicionais, cumprindo assim a determinação do art. 183, §1º e 272, §6º.

Adaptação dos Mandados e Cartas: adaptação dos textos de todos os mandados e cartas aos ditames do novo CPC.

Suspeição e Impedimento: construção e implementação do novo procedimento de Suspeição e Impedimento determinados pelo novo CPC.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc): construção e implementação de ferramenta e cartilha explicativa que adequou o Cejusc e as Varas Cíveis localizadas no Fórum Gumersindo Bessa ao novo procedimento adotado pelo CPC, permitindo que as unidades possam marcar audiências diretamente na pauta do Cejusc.

Aplicação do novo CPC no Sistema dos Juizados Especiais: foi elaborado parecer técnico, nos autos do Processo Administrativo 120/2016, sobre a necessidade e alteração do Sistema dos Juizados Especiais.

Controle de pedidos de vista: projeto de melhoria na forma do controle de pedidos de vista e adequação ao novo CPC.

Regimento Interno do TJSE: participação no grupo de trabalho para atualização do Regimento do TJSE em razão do novo CPC.

Controle de Recursos Repetitivos: modificação da ferramenta de sobrestamento

Modernização

para prever as novas hipóteses de sobrestamento em razão de Incidentes de Recursos Repetitivos, Incidente de Assunção de Competência, Repercussão Geral, Repetitivos, Controvérsias, entre outros, em razão do novo CPC.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Mandados de Internação, Internação Provisória e Busca e Apreensão: construção e implementação.

Alteração do Sistema de Agendamento de Perícias: possibilitando a marcação de mais de uma perícia, a depender do meio de tramitação do processo judicial bem como dos tipos de perícias a serem realizadas.

Gerenciamento das internações e acolhimentos: construção dos controles que permitiram um acompanhamento mais preciso sobre a situação das crianças e adolescentes.

OUTROS

Visualização do responsável do processo: alteração do sistema para bloquear a visualização dos responsáveis internos por outros setores, possibilitando um maior controle sobre a movimentação dos processos judiciais.

Notas de voto: criação de notas vinculadas ao voto e que não integram texto do acórdão, para permitir comunicação interna dos membros.

Distribuição - Regras de impedimentos e afastamentos: alteração das regras de impedimento e afastamento para a distribuição dos processos no 2º grau de jurisdição.

Mandado de prisão e alvará de soltura no âmbito do 2º Grau de Jurisdição: projeto que permite a confecção de mandados de prisão e alvarás de soltura eletrônicos, havendo interoperabilidade com o 1º grau, quando necessário.

Controle de acesso às minutas de voto: projeto para modificação na forma pela qual os entendimentos prévios são disponibilizados e acessados pelos gabinetes dos desembargadores, antes da sessão de julgamento, no sistema de controle processual do 2º grau.

Nova ferramenta de notas processuais: projeto visa fazer com que seja vinculada ao processo e não ao voto, além de permitir controle de permissões de leitura.

Jurisprudência: projeto para a correção de erros e aprimoramento da ferramenta de jurisprudência no âmbito do TJSE.

Alteração de classe processual: projeto para alteração do sistema informatizado de controle processual para permitir a modificação de classe processual.

Alteração dos controles para relator designado: projeto de alteração para que o sistema modifique as permissões de relatoria quando houver designação.

Gerenciamento de controle de prazos processuais: alteração do controle de prazos para possibilitar a escolha da forma de contagem, a exibição do histórico de contagem de dias e a alteração do prazo já designado.

Projeto da Coordenadoria de Perícias Judiciais: adaptação no Sistema de Agendamento Pericial (SAP) que permitisse o trâmite eletrônico, ficando para um segundo momento a inclusão das perícias de Serviço Social, Psicologia e Psicossocial. Após, três perícias foram incluídas no trâmite eletrônico. Todavia, em razão da adaptação e identificação de necessidade de redefinição de fluxos de trabalho, iniciou-se o Projeto 'Sistema de Perícias Judiciais'.

Hasta Pública Eletrônica: o TJSE permitirá a alienação judicial por meio eletrônico ou físico dos processos que tramitam no 1º e 2º grau de jurisdição.

Manuais e Cartilhas - Mandado de Internação: construção cartilha sobre o procedimento de confecção dos mandados referentes à criança e adolescente sobre: internação, busca e apreensão e internação provisória.

Implantação do processo judicial eletrônico para os Cartórios Extrajudiciais: desenvolvido em todo o Estado, permitiu o peticionamento e comunicações processuais eletrônicos entre o TJSE e os Cartórios Extrajudiciais.

Ato Ordinatório e Certidão: construção de ferramenta que permite às unidades

gravarem seus modelos de atos ordinatórios e certidões no sistema de controle processual.

Manual de Procedimentos: revisão e atualização dos manuais de procedimentos.

Implantação do processo eletrônico no Juizado Especial Criminal: consequente alteração do sistema informatizado para o sistema de controle processual virtual.

Reavaliação da competência territorial e administrativa dos JECs de Socorro: realizado estudo para reavaliação da competência territorial e administrativa do 1º e 2º JECs de Socorro.

Suporte a nova composição da Turma Recursal: a Dimoj deu suporte a nova composição da Turma Recursal, que tomou posse em 08/08/2015, inclusive com Treinamento do SCP-V aos magistrados e assessores.

Reavaliação da Competência Territorial Administrativa dos Juizados Cíveis da Comarca de Aracaju: em razão da art. 3, §4º da Portaria Normativa nº 44/2014 – a qual determina que a Secretaria Judiciária, através da Dimoj acompanhe as demandas ajuizadas nos novos Juizados Especiais a fim de apontar, se necessário e em período não inferior a seis meses, a modificação da competência territorial administrativa – a Dimoj apresentou, nos autos do Processo Administrativo 2551/2014, proposta de modificação da Competência Territorial Administrativa dos JECs de Aracaju.

Estudo para aplicação do Juiz Leigo no âmbito do TJSE: visando o cumprimento, por parte do TJSE, da Resolução nº 74 do CNJ.

Acompanhamento de correspondências eletrônicas decorrentes do Portal do Advogado: a Dimoj realiza análise de e-mails enviados pelo Portal do Advogado, respondendo ou encaminhando os mesmos para o setor competente.

Adequações do sistema informatizado em razão da Resolução 13/2015: em razão da Resolução 13/2015, que regulamentou o procedimento dos Juizados Especiais, foram realizadas algumas adequações no sistema dos Juizados Especiais necessárias em razão de mudanças de fluxos e procedimentos.

Participação em Mutirão do Cejusc: apoio ao mutirão do Cejusc/Energia, realizado na Unit/Centro, mediante o encaminhamento de servidor para auxiliar nas atividades diárias do mutirão.

Projeto Acorde: parecer no Processo Administrativo nº 881/2016, que trata sobre o Termo de Cooperação entre o TJSE e a SSP/SE e Superintendência da PC/SE, com vistas a estabelecer ações conjuntas visando a divulgação da cultura e da prática da utilização de métodos autocompositivos, notadamente quanto ao *Projeto Acorde*.

Juizado do Torcedor: foi realizado, em razão do Ofício nº 159/2016 da Câmara de Vereadores de Aracaju, análise sobre a viabilidade de implantação de um Juizado do Torcedor em Aracaju.

Adequação da Resolução 13/2015 à Emenda Regimental nº 03/2016: estudo para adequação da Resolução nº 13/2015 à Emenda Regimental nº 03/2016 em virtude da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.

Guias de Custas e Ficha de Compensação nos Juizados: elaboração de projeto para a implantação nos Juizados Especiais.

Adequação do Sistema dos Juizados Especiais ao Provimento nº 06/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça: sobre o Termo Circunstanciado de Ocorrência elaborado pela PM.

Controle Integrado de Fiscalização e Acompanhamento das Alternativas Penais (Cifap)/Instrução Normativa nº 02/2016: foi desenvolvido e implementado, no SCP-V, o Controle Integrado de Fiscalização e Acompanhamento das Alternativas Penais, no intuito de fornecer ferramentas aos magistrados e órgãos externos para um efetivo controle sobre as alternativas penais que representam limitação no deslocamento do indivíduo (cautelares diversas da prisão, medidas e penas alternativas, condições do livramento condicional e do regime aberto). Trata-se de um módulo agregado ao Sistema de Controle Processual deste Poder, por meio do qual informações detalhadas e atualizadas sobre determinadas obrigações impostas em processos criminais são disponibilizadas aos órgãos jurisdicionais e aos sujeitos responsáveis pela segurança pública através do Portal Criminal e aplicativo para dispositivos móveis,



Primeira videoaudiência realizada na 4ª Vara Criminal, em 11 de março de 2016

bem como à sociedade em geral através do sítio eletrônico do TJSE

Implantação e ampliação da Audiência de Custódia/Instrução Normativa nº 05/2016 e alterações: foi implantado no TJSE o projeto *Audiência de Custódia*, que trata da apresentação pessoal dos presos autuados em flagrante delito à autoridade judiciária. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Governo de Sergipe, o Ministério Público de Sergipe, a Defensoria Pública de Sergipe e a OAB/SE, tendo início no dia 02/10/2015, abrangendo os autos de prisão em flagrante lavrados nas Comarcas de Aracaju, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, protocolados nos plantões diurnos da Central Plantonista, em dias úteis e não úteis, sendo expandido para a Comarca de Barra dos Coqueiros em 26/01/2016 e, posteriormente, para a Comarca de São Cristóvão.

Peticionamento eletrônico pelo Portal Criminal para as polícias civil e militar: customização do Portal Criminal para que as forças policiais pudessem apresentar os requerimentos e procedimentos de forma totalmente eletrônica.

Adaptação do Sistema de Controle Processual Virtual (SCP-V) para a tramita-

ção dos processos criminais: criação dos módulos de controles criminais no sistema informatizado já existente para que fosse possível a implantação do processo eletrônico em todas as comarcas do Estado.

Audiências por videoconferência / Portaria nº 16/2016 - GP1 – Normativas: em março de 2016 foi iniciado o projeto-piloto de audiências por videoconferência, viabilizado através de convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor (Sejuc). A medida leva em conta a redução de custos para o poder público e também de tempo de tramitação dos processos, haja vista não reduzir a quantidade de deslocamentos de réus do local em que estão detidos para a audiência.

Monitoração eletrônica de pessoas (tornozeleiras eletrônicas) / Portaria Normativa Conjunta Nº 80/2015 GP1: a partir do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TJSE e a Sejuc foi instalada, no âmbito desta Secretaria, a Central de Monitoramento de Pessoas (Cemep), órgão responsável por instalar e monitorar o uso dos equipamentos de monitoração eletrônica (tornozeleiras). O contrato inicial permite a utilização de até 500 equipamentos.

Modernização

Requisição eletrônica de Policiais Militares para comparecimento em audiências: integração entre o TJSE e a PM/SE para agilizar e facilitar a requisição de policiais militares no comparecimento de audiências. A cada requisição era necessário enviar uma correspondência para a Polícia Militar, chegando a demorar quase um mês durante o trâmite postal. A partir da implantação do projeto, tudo passou a ser feito eletronicamente, o que além de dar mais agilidade ao trabalho, permitirá uma redução nos custos com papel e Correios.

Comunicação eletrônica com a Secretaria de Justiça (Sejuc) / Requisição eletrônica de presos em delegacias: o objetivo principal da nova ferramenta é facilitar a transmissão de documentos entre o Poder Judiciário e Sejuc, a exemplo de requisição de presos custodiados em delegacias. Com o uso do malote digital, pretende-se reduzir custos postais, otimizar o procedimento de comunicação entre os órgãos, agilizar a requisição de réus presos em delegacias, eliminar o tempo de envio de requisições para o Desipe, entre outras vantagens.

Integração do TJSE com o Sistema Nacional de Informações Criminais: Termo de Cooperação Técnica que está sendo firmado com o Ministério da Justiça para que o TJSE possa ter acesso à base de dados do Instituto Nacional de Identificação. A integração proposta servirá para minimizar os problemas de identificação das partes que traz tantos problemas na área criminal e que resultam em prisões indevidas, não reconhecimento de reincidência, decisões equivocadas de soltura para pessoas com largo histórico processual, etc.

Workshop Grupo de Monitoramento e Fiscalização: com a finalidade de orientar e capacitar os magistrados para o exercício da jurisdição criminal, de execução penal e socioeducativa, foi realizado em agosto de 2016, pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), o 'Workshop GMF – A justiça criminal em foco', que teve como temas 'Controle Integrado de Fiscalização das Alternativas Penais (Cifap)', 'Monitoração Eletrônica', 'Audiência de custódia: interface entre a justiça e a saúde mental' e 'Medidas de Segurança e Reforma Psiquiátrica: O Desafio da Desinstitucionalização do HCTP'.

Início da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) do CNJ: em razão da publicação da Resolução Nº 223 de 27/05/2016 do CNJ, instituindo o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal, a partir de setembro de 2016 foram iniciados os procedimentos junto ao CNJ e ao TJPR para implantação do referido sistema no âmbito do TJSE.

Integração do TJSE com a Polícia Federal: está em tramitação a proposta de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o TJSE e o Departamento de Polícia Federal para que este órgão possa utilizar o Portal Criminal e o Malote Digital a fim de eliminar a utilização de papel nas comunicações entre as duas instituições.

Significado de Movimentos: projeto solicitado pela Ouvidoria-Geral da Justiça para a criação de ferramenta junto ao Portal do TJSE na internet cuja finalidade é esclarecer o jurisdicionado quanto ao significado das expressões jurídico-processuais, aproximando, dessa forma, o Poder Judiciário do cidadão comum.

Portal de Acesso à Justiça: readequação do projeto e normatização do Portal do Acesso à Justiça para viabilizar o cumprimento do art. 246 do novo Código de Processo Civil, que dispõe sobre o cadastro obrigatório das empresas públicas e privadas junto aos sistemas de processo em autos eletrônicos.

Cartilha de Peticionamento - 2º grau de jurisdição: confecção de Cartilha de Peticionamento Inicial e Geral pelos Membros do Ministério Público com atuação no 1º grau de jurisdição direcionados para o 2º grau de jurisdição.

Confecção de Manual de Peticionamento – Cartórios Extrajudiciais: manual utilização do Sistema de Controle Processual para o servidores dos cartórios extrajudiciais em razão da implantação do processo virtual eletrônico em todas as Comarcas do Interior do Estado.

Digitalização de Processos Físicos: confecção de normativos para dispor sobre a padronização da digitalização dos processos físicos para o meio eletrônico.

Análise de sistema informatizado - Secretaria de Estado da Fazenda: análise de sistema da Sefaz cujo objetivo é a interoperabilidade com os sistemas de controle processual do TJSE.

Implantação AR-Digital: auxílio na edição de normativo e implantação do AR-Digital no âmbito do TJSE.

Mecanismos para identificação das Ações Cíveis Públicas: projeto para a inserção de mecanismos para a identificação das Ações Cíveis Públicas - natureza individual ou coletiva, cujo objetivo é auxiliar no julgamento e análise destas demandas em cumprimento às metas do CNJ.

Sinalização de Unidades Jurisdicionais x Fóruns: estudo para melhoria e atualização na sinalização das unidades jurisdicionais em todos os Fóruns Integrados da Comarca de Aracaju e no Fórum Gumersindo Bessa.

Penhora no rosto dos Autos Eletrônicos: projeto para criação da possibilidade de averbação da penhora no rosto dos autos, a qual é necessário o destaque a fim de que seja efetivada nos bens que forem adjudicados ou que vierem a caber ao executado.

Readequação no Portal de Peticionamento da Advocacia Geral da União: em razão de alterações dos normativos internos da AGU, notadamente da Procuradoria Federal, foi necessário reajuste do sistema informatizado para comportar-se conforme as novas regras do órgão.

Lei de Arbitragem: estudo acerca da obrigatoriedade de especialização de varas para a tramitação de toda e qualquer demanda decorrente da Lei de Arbitragem por determinação do CNJ.

Escritório Digital do CNJ: parecer relativo ao uso do Escritório Digital desenvolvido pelo CNJ e OAB no âmbito deste TJSE.

Núcleo de Movimentação Processual: estudo e projeto sobre a viabilidade e aplicação de Núcleo de Movimentação de processos eletrônicos unificado no âmbito do TJSE.

Tecnologia

A atual gestão investiu R\$ 16.235.253,36 em tecnologia, incluindo produção e suporte, atendimento ao usuário, sistemas de gestão organizacional e desenvolvimento de sistemas. Uma das principais realizações foi a virtualização das unidades jurisdicionais, que passou de 34,21% em 2015 para 100% em 2016. Também foram adquiridos inúmeros equipamentos, a exemplo de 1.500 monitores de 21", 155 ultrabooks, 840 telefones IPs, 600 telefones analógicos com e sem fio, entre outros equipamentos.

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) participou de dois importantes comitês. Um deles foi o de Gestão de TIC, no qual elaborou: o Planejamento Estratégico de TIC (Petic) para 2015-2020, publicado na Resolução 35/2015 do TJSE; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) também para 2015-2020; os Planos de Contratações 2015 e 2016, atendendo a Resolução 182 do CNJ; os Planos de Anuais de Capacitação 2015 e 2016, atendendo a Resolução 211/2015 do CNJ; e acompanhamento dos indicadores da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do PETIC, Resolução 35/2015 do TJSE. No Comitê Gestor de Segurança da Informação, elaborou a política do uso de internet e email, publicada na Instrução Normativa 04/2016 do TJSE.

Investimentos (R\$)			
Diretoria	2015	2016	Total
Produção e Suporte	3.953.674,99	6.929.933,36	10.883.608,35
Atendimento ao Usuário	1.139.507,62	2.505.426,20	3.644.933,82
Desenvolvimento de Sistemas	178.932,68	109.409,00	288.341,68
Sistemas de Gestão Organizacional	626.656,08	791.713,43	1.418.369,51
Total	5.898.771,37	10.336.481,99	16.235.253,36

Virtualização (%)		
Ano	2015	2016*
Unidades virtualizadas	34,21	100
Processos iniciados virtualizados	60,39	82,17**
Processos virtuais do total de processos em andamento	48,84	71,58
Unidades que não possuem processos físicos em andamento ou que a maioria foi digitalizado***	8,55	23,02

* Até o dia 31 de outubro de 2016

** Tendo em vista que a última unidade virtualizada foi em 03 de setembro de 2016

*** São as unidades que foram feitos os mutirões para digitalizar os processos físicos do estoque

Também aconteceram no biênio dois eventos na área da tecnologia. O *II Encontro Nacional de Secretários de Tecnologia da Informação e Comunicação Judiciária* (Enatic) foi realizado pelo TJSE nos dias 18 e 19 de junho de 2015, com o objetivo de compartilhar novas tecnologias, discutir ideias e aprimorar a tecnologia da informação no âmbito judiciário. Já o 4º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário aconteceu nos dias 3 e 4 de agosto de 2016 em Aracaju, com o apoio do TJSE. O objetivo foi discutir com representantes de vários Tribunais do país temas ligados à tecnologia da informação, fomentando ideias e soluções para impulsionar as soluções de virtualização dos processos.

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

Para o Centro Judiciário de Soluções de Conflito (Cejusc) foram desenvolvidos módulos necessários para realizar o petição eletrônico, marcação e realização de audiência das Reclamações pré-processuais; e desenvolvimento de WebService para integração com a SMTT gerando automaticamente o petição eletrônico das Reclamações pré-processuais e audiência realizada pelos agentes de trânsito de Aracaju.

Foi realizada a virtualização das Varas Criminais e de competência plena, com o desenvolvimento de ferramentas necessárias à tramitação do processo criminal, ao petição eletrônico através do Portal Criminal (SSP), à intimação eletrônica do MP para a Polícia Civil, à movimentação processual e relatórios gerenciais e de atividades das unidades jurisdicionais; e virtualização de 91 Varas Criminais e de competência plena.

Também foram desenvolvidas ferramentas para virtualização dos Juizados Criminais da capital e do interior, facilitando o petição eletrônico através do Portal Criminal (SSP), à movimentação processual e relatórios gerenciais e de atividades das unidades jurisdicionais; mais virtualização de sete Juizados criminais da capital e do interior; e unificação do antigo sistema de Juizados (SIJESP) para o novo Sistema de Controle Processual Eletrônico (PGRU), com tecnologia mais moderna. Ainda foi virtualizada a Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas.

Para a implantação do teletrabalho, foi desenvolvido um módulo de gerenciamento das atividades exercidas pelos funcionários, para avaliar a produtividade dos que estão no teletrabalho. Foram feitas, ainda, alterações no sistema do 2º grau para contemplar o gerenciamento do Precatório Eletrônico e geração automática do precatório a partir da homologação do ofício requisitório.

Outras inúmeras ações foram desenvolvidas, a exemplo do serviço de web para integração ao Escritório Digital do CNJ através do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI); integração com a Procuradoria Geral do Estado/Sefaz, através de webservice para a distribuição automática das execuções Fiscais na Comarca de Aracaju; desenvolvimento de ferramentas para as tabelas processuais unificadas, utilizando somente as classes do CNJ nos casos novos distribuídos e alterar aqueles já em andamento, entre outros.

Diretoria de Sistemas de Gestão Organizacional

Foi regulamentado o Portal de Acesso à Justiça (PAJ), um ambiente virtual onde estão disponibilizados serviços específicos às pessoas jurídicas, relativos aos seus processos judiciais da competência do TJSE. Foi regulamentado pela Portaria Normativa nº 63/2016 GP1, atendendo à Lei Federal nº 11.419 de 2006 e Resolução nº 121 do CNJ.

Já o Sistema de Agendamento de Perícia implementou informações relacionadas à violência contra a mulher; à ficha financeira e ao Módulo de Acompanhamento de Pagamento de Perícia. No Sistema de Controle Processual (SCP) houve a correção do Cadastro de Advogado. Foi realizada a integração da Consulta de Atos e Publicações e Mentorh. O *Boletim Jurídico* foi reajustado para permitir a inclusão de abreviaturas.

Foi criado um novo sistema para o Selo Digital, implementando webservice para integração com os sistemas dos cartórios e adequações para Cartórios Extrajudiciais. Visando otimizar as consultas processuais existentes no site do TJSE, todas elas foram modificadas para utilizar a tecnologia JSON, o que melhorou não somente a performance, mas também o uso do link de dados.

No setor de Atendimento ao Usuário (Suporte), houve treinamentos para manutenção de conteúdo nos Portais Joomla;

orientação e acompanhamento na emissão de Certificados Digitais; emissão de certificados digitais para pessoa física, jurídica e equipamentos; aquisição de certificados digitais por Ata de Registro de Preço, entre outras atividades.

Estão em andamento projetos como a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); integração dos Atos e Portarias com o Mentorh; integração do pagamento de guias com o Banese; reformulação da jurisprudência administrativa e judicial; criação de funções para permitir a manipulação de mandados em lote; nova licitação para aquisição de certificados digitais; implementação de *layout* para o Sistema Controle de Frequência de Magistrado (Ejuse); entre outros.

Diretoria de Produção e Suporte

Promoveu a ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados através de implantação de novos servidores de processamento tipo blades e storage de alto desempenho. Foram adquiridas garantias de switches e cores extreme, equipamentos que suportam toda a rede de fibra ótica, bem como novos enlaces de rádio de 100 Mbps e upgrade de quatro existentes, já que os rádios servem de comunicação para quatro fóruns da região metropolitana e como backup dos demais providos pela fibra ótica.

Foi atualizada a ferramenta de virtualização de servidores, melhorando a gerência e visibilidade da "saúde" do ambiente do data center e foram feitas melhorias na elaboração das estratégias e na implementação de equipamentos para a gestão do backup, causando uma redução significativa na janela de tempo de sua execução. Houve, ainda, contratação de dois links exclusivos para acesso dos servidores à rede mundial de computadores pelo ambiente wifi e pelos computadores da rede interna do TJSE.

A Diretoria operacionalizou a videoaudiência de réu preso entre o Copemcan e TJSE, como também, proveu infraestrutura para comunicação de fórum do TJAL com a mesma unidade prisional. Implantou ferramentas gratuitas para melhoria da operacionalização de procedimentos da Diretoria de Produção e Suporte com fornecimento de alertas em dispositivos móveis e possibilidade de intervenção remota ágil.

Houve a implantação de nova ferramenta de nuvem privada para prover acesso de arquivos de trabalho de qualquer lugar, através de computadores ou dispositivos móveis e, ainda, a aquisição e implantação de novas centrais telefônicas com tecnologia de voz sobre IP. Foi realizada a contratação de nova empresa de comunicação de dados para os fóruns do interior com incremento substancial das velocidades dos links. Em quase todos os casos os links serão ampliados em quatro vezes da sua largura de banda anterior.

Diretoria de atendimento ao usuário

Foram realizadas 1.607 visitas de atendimento, recolhimento e entrega de equipamentos de acordo com as demandas durante o biênio 2015-2016 nas seguintes unidades capital: Fórum Gumersindo Bessa, Arquivo Judiciário, Fóruns Integrados I, II, III e IV, Fórum Olímpio Mendonça (Vempa e VEC), Fórum Hunaldo de Alencar e Memorial. No interior, foram 1.223 visitas durante o biênio, contabilizadas até outubro de 2016.

Também gerenciou a operacionalidade dos sistemas internos do TJSE (judicial e administrativo); cadastrou magistrados e servidores nos sistemas externos (Bacenjud, Renajud, Infoseg, Infojud, RPV, Penhora Online e CNIB); gerenciou, instalou e fez a manutenção de equipamentos de TI; prestou apoio e orientação aos usuários com relação ao bom uso de aplicativos instalados nos microcomputadores; como também gerenciou as condições de utilização dos computadores, notebooks, impressoras, scanners e nobreaks instalados nos fóruns da capital e interior.

A Diretoria foi responsável pela pesquisa e análise sobre novidades no mundo da TI, atendendo as demandas do TJSE, dando início a todos os processos licitatórios para novas aquisições e gerenciando esses contratos; bem como acompanhou e instalou o novo sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA), software livre, nos fóruns da capital e no interior; executadas pela Divisão de Áudio e Vídeo. Realizou, ainda, um estudo para implantação do Projeto da Videoconferência nas Varas Criminais e presídios de Sergipe, em virtude do convênio firmado entre este Tribunal e a Sejud.



Fórum de Simão Dias

O TJSE investiu, nos dois últimos anos, cerca de R\$ 12,7 milhões em obras. Quando o Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça assumiu a Presidência, em fevereiro de 2015, o volume de recursos investidos em construções, reformas e ampliações totalizava R\$ 6,7 milhões. Ao final de 2016, somou-se mais de R\$ 6 milhões destinados para obras em execução e novas.

Somente em 2015, o Departamento de Obras realizou 910 atendimentos, tanto em manutenções preventivas como corretivas nas diversas unidades jurisdicionais. Em 2016, foram mais de 1.007 chamados para manutenções preventivas e corretivas. Foi contratada empresa, através de certame licitatório, no valor de R\$3.819.824,02, visando prestar mais celeridade, eficiência e economicidade na execução de pequenos reparos.

Todos os projetos relativos ao Almoarifado Central foram elaborados e concluídos. O início da construção, por se tratar de uma obra de médio/grande porte e de vultoso gasto financeiro, está adstrita à disponibilidade de recursos futuros.

Existiam em execução, no momento da Gestão do Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça ter assumido a Presidência do TJSE, as seguintes obras, totalizando R\$ 6.797.975,83:

1. Construção do Novo Fórum de Cedro de São João;

2. Serviços de engenharia em diversas unidades do Poder Judiciário, em vários municípios;

3. Reforma do Fórum Juiz José Emídio Sobrinho, localizado em Pinhão;

4. Reformas dos fóruns: Dr. Levindo Cruz, em Laranjeiras; Integrados I - Unidade Virgínia Leite Franco (Sesi), em Aracaju; Integrados III - 4º Juizado Cível, em Aracaju; João Paulo II, em Gararu; Dom Juvêncio de Brito, em Canindé do São Francisco; Juiz João Fernandes de Brito (estacionamento privativo), em Propriá; Des. Artur Oscar de Oliveira Deda (Cejusc), em Nossa Senhora do Socorro; e conclusão da guarita do Fórum João Sobral Garcez Sobrinho, em Carira;

5. Construção do Novo Fórum da Comarca de Simão Dias;

6. Reforma do Fórum Gumersindo Bessa, no Centro Administrativo Augusto Franco, Aracaju; construção da Passarela do Centro Tecnológico e reforma das salas de aula da Ejuse, localizadas na rua Pacatuba, Centro de Aracaju.

As obras iniciadas após o início da Gestão do Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça, totalizando R\$ 6.216.742,05, foram:

1. Elaboração dos projetos complementares para construção do novo Almoarifado Central;

2. Reforma do Fórum Artur Oscar Deda de Carvalho;

3. Reforma da fachada do Palácio da Justiça;

4. Reforma das garagens do Palácio da Justiça, Anexos I e II;

5. Reforma das Defensorias dos Fóruns Integrados I, II, III, IV;

6. Elaboração dos projetos complementares para ampliação do Fórum de Laranjeiras;

7. Reforma do muro dos Fóruns Integrados I;

8. Reforma do Fórum de Monte Alegre;

9. Serviço de recuperação do reservatório superior do Palácio da Justiça;

10. Elaboração dos projetos complementares para ampliação do Fórum de Itaporanga;

11. Reforma na mudança do layout da sala de Conciliação do Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade, em Nossa Senhora do Socorro;

12. Reforma dos Fóruns de Propriá, Umbaúba, Maruim, Poço Redondo, Centro Administrativo (3º Pavimento), Integrados I, II e IV e Olímpio Mendonça;



Fórum de Monte Alegre

13. Reforma do Fórum Des. Epaminondas Silva de Andrade Lima, em Lagarto;

14. Reforma da Subestação e Instalação do gerador dos Fóruns Integrados I (Sesi);

15. Reforma do Fórum de Estância;

16. Execução de serviços de engenharia em diversas unidades jurisdicionais;

17. Reforma do fórum de Cristinápolis;

18. Instalação de Sistema de Climatização Independente, tipo set-free no Fórum Gumersindo Bessa;

19. Ampliação do Fórum de Malhador.

Foram concluídas, em 2015, totalizando R\$ 1.224.492,97, as reformas e

obras nos seguintes fóruns: Dr. Levindo Cruz, em Laranjeiras; Integrados I - Unidade Virgínia Leite Franco (Sesi), em Aracaju; Integrados III - 4º Juizado Cível, em Aracaju; João Paulo II, em Gararu; Dom Juvêncio de Brito, em Canindé do São Francisco; Juiz João Fernandes de Brito (estacionamento privativo), em Propriá; Des. Artur Oscar de Oliveira Deda (Cejusc), em Nossa Senhora do Socorro; e conclusão da guarita do Fórum João Sobral Garcez Sobrinho, em Carira.

Foram concluídas, em 2016, totalizando R\$ 5.042.472,02, as seguintes obras: construção do Novo Fórum da Comarca de Simão Dias; reforma da fachada do Palácio da Justiça; reforma do Fórum de Socorro; reforma das garagens do Palácio da Justiça, Anexos I e II; reforma das Defensorias dos Integrados I, II, III, IV; reforma do Fórum de Monte Alegre; serviço de recuperação do

reservatório superior do Palácio da Justiça; reforma do Muro dos Fóruns Integrados I; reforma dos Fóruns de Propriá, Umbaúba, Maruim, Poço Redondo, Centro Administrativo (3º Pavimento), Integrados I, II e IV, Olímpio Mendonça, e Fórum de Lagarto; mudança do layout da sala de Conciliação do Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade, em Socorro; reforma da subestação e instalação do gerador dos Fóruns Integrados I e ampliação do Fórum de Malhador.

Ao final desta gestão, ainda foram iniciadas obras, que totalizam R\$ 3.066.872,83, nas seguintes unidades: ampliação do Fórum Dr. Levindo Cruz, situado em Laranjeiras; ampliação do Fórum Felisbello Freire, em Itaporanga d'Ajuda.

Segurança

A Diretoria de Segurança do TJSE trabalhou, durante o biênio 2015-2017, orientada pelo Mapa Estratégico de Segurança Institucional, que teve como principais processos internos a criação de um protocolo de segurança e o aperfeiçoamento de processos e procedimentos administrativos internos. Confira no quadro a seguir:

Objetivo estratégico	Iniciativa	Situação*
Criação do Protocolo de Segurança	Visita técnica aos fóruns para verificar os principais problemas de segurança	11 Comarcas visitadas juntamente com o Departamento de Obras
	Minuta de Resolução encaminhada à Comissão de Segurança Institucional (CSI), tratando sobre medidas a serem adotadas em caso de magistrados e servidores ameaçados	Resolução nº 28/2016 foi publicada no <i>Diário da Justiça</i> do dia 17/11/2016
	Elaboração do protocolo	Protocolo já iniciado com padronização para: entrada privativa (rota de fuga) para magistrados; controle de acesso do público (revista, catracas, cadastro), garagem privativa; custódia de presos e circulação já concluídas em nove fóruns
Aperfeiçoamento de processos e procedimentos administrativos internos	Sistema de Informações Eletrônicas (SEI)	Em fase de implantação no Poder Judiciário
Criação do Grupo Especial para Situação de Risco (GESR)	Requisitar à Secretaria de Segurança Pública policiais habilitados	Aprovação da iniciativa pela CSI em reunião e Ofício nº 136/2016 encaminhado à Presidência do TJSE
Instalação e Manutenção de equipamentos e sistemas de segurança	Instalação de botões de pânico	Em estudo
	Instalação de detector de metal tipo portal	Autorizado e licitado
	Instalação de portões eletrônicos	Em andamento
	Revisão periódica de detectores de metais manuais	Substituídos por novos
	Aquisição de rádios portáteis (HT)	10 pares em fase de distribuição
	Aquisição de armas de fogo, munição e coletes balísticos	Processo licitatório em andamento
Capacitação e aperfeiçoamento de práticas de segurança	Calendário anual de cursos	Processo 2015/1588 (em andamento); Processo 2016/2660 (em fase de conclusão); e nove fóruns já concluídos
		Curso de brigada de incêndio previsto para 2ª quinzena de novembro
		07/11/2016: palestra sobre segurança pessoal Calendário de cursos para 2017 em fase de conclusão

* Até o dia 17 de novembro de 2016



Curso de Direção Defensiva para magistrados, realizado em maio de 2015

Divisão de Segurança Policial

A atual gestão investiu R\$ 30.644,00 em material de apoio, com a aquisição de 100 cones para delimitar área de segurança dos fóruns; 20 caixas de madeira para transportar armas para destruição; 10 reduções fixas 2 1/2 x 1.1/2 ER, equipamento de combate a incêndio a fim de atender normas de segurança; 10 cofres para armazenamentos de armas retidas nos fóruns e locação de dois toldos utilizados no curso de Segurança para Autoridades.

Também foram investidos R\$ 37.258,00 na realização do Curso de Segurança Defensiva para Treinamento e Capacitação dos Desembargadores e Juizes Titulares e Substitutos do TJSE, conforme Contrato 21/2015. Também houve a realização de palestra voltada aos magistrados para prevenção de possíveis assaltos e/ou sequestros e Curso de Formação de Brigadista de Incêndio, a fim de capacitar servidores a agirem em situações de emergência de incêndio, pânico, abandono de área, acidentes diversos e primeiros socorros, até a chegada do socorro especializado.

Foram renovados os contratos de prestação de serviços de recarga de extintores, no valor de R\$ 50.833,00; e serviços continuados, com

exclusividade de mão-de-obra, de vigilância armada 24 horas, executados nas diversas dependências do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, no valor de R\$ 13.080.045,36.

Alguns processos licitatórios estão em andamento, como a aquisição de uniformes militares completos, para serem distribuídos aos policiais e bombeiros que prestam seus serviços nas diversas dependências do TJSE, atendendo ao Convênio nº 18/2012; aquisição de 140 pistolas ponto 40, 7.000 munições ponto 40, 140 coletes balísticos e 140 pares de algemas; e contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recarga de extintores de incêndio.

Divisão de Segurança Eletrônica

Foram adquiridos 120 detectores de metais, distribuídos nas unidades do Poder Judiciário, com um investimento no valor de R\$ 34.989,60; colocadas 20 câmeras do sistema de circuito fechado de TV (CFTV) no Fórum Gumersindo Bessa, sendo cinco delas no paiol, mais o sistema de alarme, totalizando R\$ 5.600,00.

O Sistema de CFTV instalou um total de 88 câmeras nos seguintes locais: Fóruns Integrados I (8); Integrados II (16); Integrados IV (8); Estância (16), Palácio de Justiça (16), Nossa Senhora do

Socorro (16) e Pacatuba (8). Também foram instalados alarmes nos Fóruns Integrados III e no Fórum de Poço Redondo. O CFTV e o alarme nesses locais custaram R\$ 29.100,00.

Foram investidos R\$ 77.064,25 na aquisição de tubo RX e CPU para o portal de detector de metais. O Fórum de Propriá recebeu um portal de detector de metais, cuja aquisição e instalação custou R\$ 7.900,00. Para os fóruns de Cedro de São João, Simão Dias e Integrados I foram investidos R\$ 12.100,00 em cercas elétricas.

Estão em vigência os seguintes contratos: de manutenção preventiva e corretiva nas cercas elétricas nas unidades do Poder Judiciário da capital e interior (Empresa Facility), no valor mensal de R\$ 8.034,39; manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de RX e pórtico de detector de metal (Empresa VMI), no valor de R\$ 9.335,28.

Outros processos estão em andamento no setor de licitação do TJSE, a exemplo do projeto de aquisição de um Centro de Comando de Operações; ampliação do CFTV com mais 2 DVR monitorando gravação de mais 32 câmeras; e aquisição de 46 portais de detectores de metais para serem instalados nas unidades do TJSE na capital e interior.

Centro Médico



O Centro Médico do TJSE realizou, no biênio 2015-2016, cerca de 34 mil atendimentos, divididos nos setores médico, odontológico, de enfermagem, psicologia, serviço social, fisioterapia e junta médica. O *Programa Qualidade de Vida* dividiu suas atividades em diversos projetos, entre eles o projeto de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças, que realizou duas campanhas de vacinação, totalizando 1.180 doses de vacinas aplicadas em servidores do TJSE.

PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA - PROJETOS

Justiça contra o tabagismo

Neste biênio, o projeto desenvolveu atividades com 28 pessoas: no grupo 10, 50% dos participantes pararam de fumar e no grupo 11, 84,61%. O projeto proporciona aos servidores tabagistas que queiram parar de fumar a oportunidade de tratar a dependência física,

psicológica e social. É aplicada a terapia cognitiva comportamental para trabalhar o grupo e também proporcionar suporte psicológico individual, quando necessário, aos participantes.

Apoio psicossocial a gestantes

O grupo desenvolvido em 2015 contou com 11 servidores e o de 2016 como 10 servidoras. A ideia é oferecer uma melhor condição da saúde biopsicossocial e minimização do nível de ansiedade decorrente das mudanças ocasionadas pelo período gestacional. Foram realizadas palestras, reuniões com dinâmicas de relaxamento, fisioterapia obstétrica e aplicadas técnicas psicológicas e sociais que propiciem a minimização do nível de ansiedade.

Orientação aos pais

‘Construindo vínculos para uma vida produtiva’ é o tema do projeto que possibilita, através da interação entre os participantes (pais,

palestrantes e coordenadores), mecanismos preventivos e de elaboração nas relações afetivas da família. O projeto teve 14 participantes, que debateram acerca do estabelecimento de técnicas contemporâneas na formação dos filhos.

Promoção à saúde e prevenção de doenças

O projeto visa melhorar a qualidade de vida do servidor do Poder Judiciário, a redução do absenteísmo e o diagnóstico precoce de doenças crônicas. Trabalha a prevenção do processo de adoecimento, diagnosticando casos de hipertensão, diabetes e doenças osteomusculares no seu início e encaminhando-os ao tratamento. O resultado do projeto será a diminuição do absenteísmo por adoecimento, o aumento dos níveis de saúde e o bem-estar das pessoas que compõem o quadro de pessoal do TJSE, com impacto sobre a produtividade e os custos, através das seguintes ações:

Centro Médico

a) Campanhas preventivas: intervenções multidisciplinares compostas por médicos, enfermeiros, odontólogos, assistente social, fisioterapeutas, massoterapeutas e psicólogos a serem realizadas nos ambientes de trabalho. São feitos exames de aferição de glicemia capilar, colesterol, pressão arterial, peso e cálculo do Índice de Massa Corpórea (IMC), bem como orientações a respeito das diversas patologias relacionadas ao controle dos fatores de risco, palestras educativas e sessões de massoterapia e lanche para os que são submetidos a exames hematológicos.

b) Campanhas de vacinação: ações de imunização destinadas aos servidores do TJSE contra as principais doenças do grupo etário (antitetano, antigripal, anti-hepatite B). Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, foram administradas, no dia 17 de junho de 2015, 760 doses. No dia 4 de maio de 2016, mais 180 doses e outras 240 em 20 de junho de 2016.

c) Campanha de saúde bucal: campanhas preventivas realizadas pelo setor odontológico onde estão previstas orientações em saúde bucal. O objetivo é informar aos servidores sobre a importância da prevenção das principais doenças que acometem a cavidade bucal, em especial a cárie dentária e as doenças periodontais.

Promoção da ergonomia

Desde 2011, o Setor de Fisioterapia do TJSE desenvolve o projeto com o objetivo principal de reduzir os impactos negativos na saúde dos servidores e magistrados gerados pelo uso contínuo de computadores e de movimentos repetitivos provocados por outras práticas do dia-dia no local de trabalho. Confira os principais pontos de atuação do projeto:

a) Análise técnica ergonômica "in loco": foram realizadas visitas ergonômicas em todas as unidades do TJ na capital. Foram feitas correções e orientações ergonômicas nos servidores e mobiliários, sendo estes nem sempre condizentes com a boa ergonomia. Por diversas vezes solicitamos a troca de cadeiras e mesas por não estarem compatíveis ergonomicamente ou não possuírem mais condições de uso.

b) Foram lançadas no Portal do Servidor cartilhas informativas, editadas pela Diretoria de Comunicação do TJSE, sobre medidas preventivas relacionadas às doenças ocupacionais.



c) Foram aplicados aos servidores dos gabinetes dos desembargadores questionários relacionados à qualidade de vida (SF-36) e o Nórdico de Sintomas Osteomusculares: cerca de 25% dos servidores apresentam algum tipo de sintoma; de um modo geral estão predispostos ao aparecimento de outras lesões.

d) Em 2015, foi organizada uma cartilha com o tema 'Doenças Osteomusculares e a

Ergonomia', produzida pelo fisioterapeuta José Lucio e o médico do Trabalho Diego Garcia. A cartilha trata das normas da ergonomia que devem ser observadas durante o trabalho para evitar ou minimizar os sintomas e consequentemente diminuir o absenteísmo por doença, otimizando a produtividade.

ATENDIMENTOS

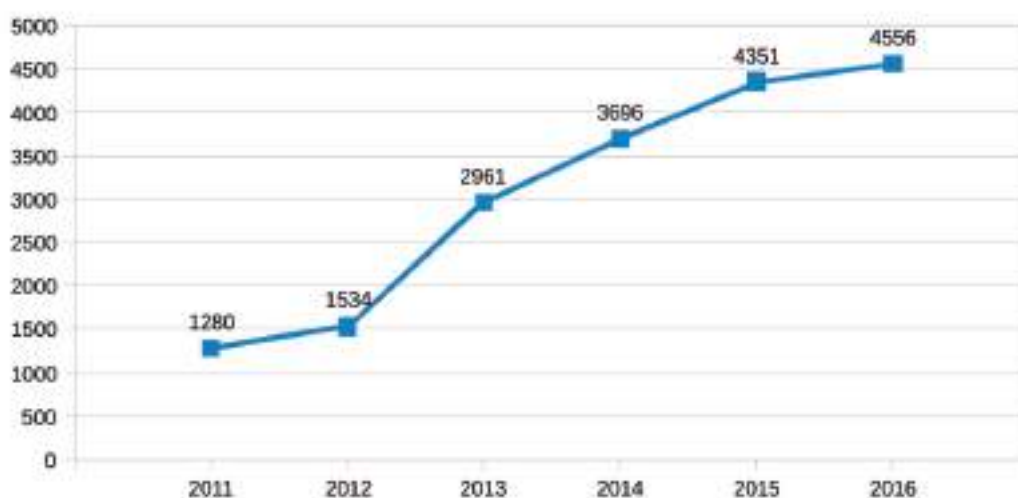
Período 2015	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Junta Médica
Janeiro	386	358	463	136	70	463	33
Fevereiro	408	324	407	144	87	652	53
Março	461	342	451	144	90	754	62
Abril	357	337	628	64	75	538	62
Maiο	321	325	371	144	62	544	75
Junho	238	307	1030	146	48	451	57
Julho	290	404	429	189	77	624	63
Agosto	335	436	216	174	72	448	72
Setembro	307	363	194	181	71	319	51
Outubro	238	368	244	193	x	291	40
Novembro	212	363	179	112	x	312	42
Dezembro	118	213	71	120	x	107	26
Total	3671	4140	4683	1747	652	5501	636
Período 2016	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Junta Médica
Janeiro	155	273	84	136	0	240	53
Fevereiro	192	157	66	98	0	278	51
Março	201	143	171	86	69	302	53
Abril	196	243	248	126	153	237	50
Maiο	205	226	153	151	58	315	40
Junho	129	226	371	210	72	225	26
Julho	166	284	140	209	0**	213	60
Agosto	164	209	165	216	0	291	47
Setembro	89	473	201	112	0	270	42
Outubro	93	439	244	147	0	243	44
Novembro	120	425	184	150	0	261	46
Dezembro	80	280	133	112	0	196	25
Total	1790	3378	2160	1753	352*	3071	537

*Os quantitativos dos meses de novembro e dezembro foram estimados de acordo com o agendamento pelo sistema de marcação de consultas.

Ouvidoria

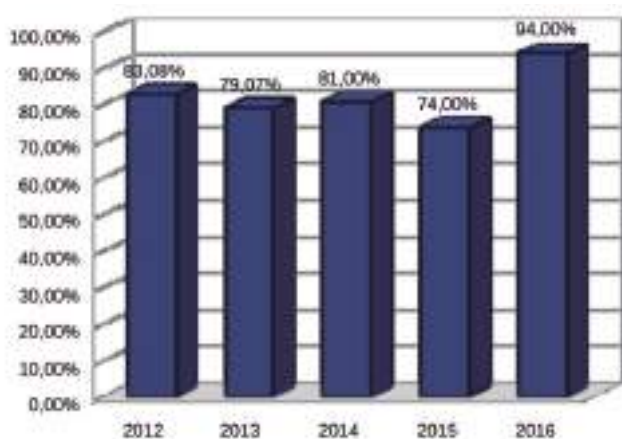
Foram realizados 8.907 atendimentos durante o biênio 2015-2016, 33,8% a mais que no biênio anterior. A marca da gestão para a Ouvidoria foi a estruturação do órgão, a divulgação dos serviços e a elevação dos níveis de satisfação dos usuários. Com o aumento na demanda, a qualidade do atendimento alcançou seu ápice em 2016, atingindo 94% de satisfação, segundo a Pesquisa de Satisfação Anual realizada pela Diplad. O prazo de atendimento das demandas também permaneceu num patamar razoável, com um primeiro contato em torno de até três dias úteis e a conclusão das demandas num prazo médio de oito dias úteis.

ATENDIMENTOS



SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

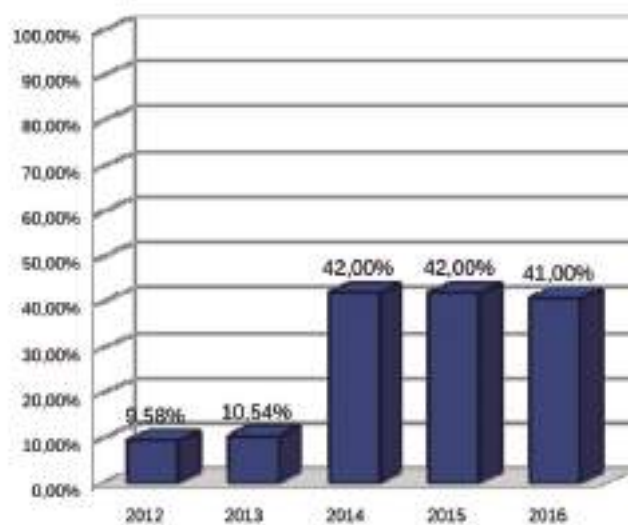
Avaliado através da pesquisa de satisfação anual



% dos entrevistados que julgaram satisfatório o serviço prestado pela Ouvidoria do TJSE

O QUANTO A OUVIDORIA É CONHECIDA?

Avaliado através da pesquisa de satisfação anual



% dos entrevistados que afirmaram saber da existência da Ouvidoria do TJSE e o seu papel

PROJETOS

Ouvidoria ambiental

Criada com o objetivo principal de subsidiar iniciativas que colaborem com a economia de recursos do Tribunal, através do aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, estimulando o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos.

Atendimento Legal

O seu embrião foram os diversos questionamentos de magistrados e servidores, demonstrando uma preocupação em relação ao aumento da procura dos cidadãos na Ouvidoria por informações e serviços que poderiam e deveriam ser prestados diretamente pelas unidades, através de uma visita ou ligação. Com isto em mente, foi criada essa campanha que visa ressaltar a importância de uma boa comunicação, enfatizando as características de um bom atendimento, tanto do ponto de vista do cidadão quanto do servidor.

Disque 159

Em de 12 de agosto de 2015 entrou em funcionamento o número de utilidade pública 159 para acesso à Ouvidoria Judicial e Ambiental. Foi observado um crescimento da preferência dos usuários pelos serviços de teleatendimento. Enquanto em 2011 essa forma de contato representava apenas 6,25% dos atendimentos realizados, em 2014 foi utilizado por mais de 40% dos que procuraram órgão. Isso justificou a implantação do tridígito, facilitando ainda mais o acesso do cidadão aos nossos serviços, somando-se ao já existente 0800.

Pesquisa de satisfação

Interna: de 13 de junho a 31 de julho de 2016, a Ouvidoria realizou a primeira pesquisa de satisfação voltada especialmente para magistrados e servidores. O objetivo foi avaliar os serviços prestados pela Ouvidoria, com foco na realização de melhoria contínua, valorizando o ponto de vista do colaborador interno.

Externa: o objetivo foi conhecer as demandas dos usuários da Ouvidoria visando melhorias na prestação dos serviços. A avaliação é importante para que sejam traçadas metas com o objetivo de evolução constante dos serviços.



Campanha Atendimento Legal chegou aos cartórios



Campanha de divulgação da Ouvidoria e do Disque 159 circulou em ônibus da Grande Aracaju

Ouvidoria

Aproveite para conciliar

Esclarece aos usuários da Ouvidoria que estão insatisfeitos com o tempo de tramitação dos processos os benefícios da mediação e conciliação para uma resolução mais célere da lide.

TJSE Ouviu e fez acontecer

Consiste na divulgação das providências que foram tomadas após sugestões e/ou reclamações de usuários da Ouvidoria. As manifestações que chegam à Ouvidoria são sistematizadas para, além de atender especificamente aos manifestantes, possibilitar a correção de falhas ou a manutenção de práticas, de modo a servir com qualidade a todos os usuários.

Pedido de Informação com base na Lei de Acesso à Informação

Desde que a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) entrou em vigor, o setor responsável por prestar este tipo de informação era a Divisão de Serviços ao Cidadão do TJSE. No entanto, visando simplificar o caminho percorrido pelo cidadão para obter as informações almejadas, concentrando-as num único setor: em 18 de novembro de 2015 foi publicada a Resolução nº 30/2015, transferindo à Ouvidoria a atribuição de prestar informações com base na Lei de Acesso à Informação.

Instrução Normativa 09/2015

Publicado em 12 de junho de 2015, a Instrução Normativa estabeleceu o prazo de cinco dias úteis a todas as unidades do TJSE para

responderem aos questionamentos encaminhados pela Ouvidoria.

Nova estrutura

A reestruturação foi motivada pela crescente demanda e pela preferência dos usuários pelo atendimento por telefone e presencial. Antes havia três estações de trabalho e três servidores. No biênio 2015-2016, passou a contar com sete estações de trabalho para três servidores, duas atendentes e dois estagiários.

Significado de Andamentos

Tal solução permite ao usuário, no momento da consulta ao andamento de seu processo, verificar o significado de expressões jurídico-processuais não compreendidas, traduzidas numa linguagem de fácil entendimento, aproximando, dessa forma, o Poder Judiciário do cidadão comum.

Passa o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário da Justiça
02/08/2016 12:56:30	Juntada	(Juntada => Documento) Juntada do envio online digital Juntada de Outros Documentos Juntada do envio online digital	Secretaria	Não
02/08/2016 12:48:47	Expedição de Documento	(Expedição de documento) Mandado de nº 201610402515 do tipo OFÍCIO DE J. assinante eletrônico. (MDO3000) protocolado nesta data.	Secretaria	Não
02/08/2016 11:57:43	Certidão	(Certidão) Certidão que expedi ofício nº 201615430615 para a Escrivania da 1ª Câmara Cível	Secretaria	Não
02/08/2016 09:55:41	Julgamento	(Julgamento => Com Resolução do Mérito => Homologação de Transação) Processo nº 201610400756: Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo protocolado em 13/07/16, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Consequentemente, EXTINGO o presente feito, com fulcro no art. 487, III, b do CPC/15. Custas pela 1ª Câmara que se o relator do Agravo de Instrumento nº 2016007151118 aceita da extinção, com revolução do mérito, do presente feito, diante da transação homologada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Atalaia, 02 de agosto de 2016. José Pereira Neto, Juiz da 1ª Vara Cível (2)	Secretaria	23/08/2016
02/08/2016 08:03:21	Conclusão	(Conclusão)	Juiz	Não

Opção (4) Coes
Opção (5) Coes

Sempre que o processo está com o Juiz diz-se que ele está concluso. A conclusão pode ser para despacho, onde o Juiz irá determinar o próximo ato processual ou a realização de diligências que devam ser elebadas para o seu convencimento; para decisão, quando uma das partes entra com algum pedido ao Juiz ou para sentença.

Desp. TJSE
188 ou 0800 079 0008

At seu processo,
das relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe

Novas Consultas
Imprimir
Imprimir



Espaço e quantidade de servidores da Ouvidoria cresceram no atual biênio

Campanha de divulgação 2016

Com o slogan 'Conte para Justiça de Sergipe. É bom ouvir você!', a campanha passou a ser veiculada, em agosto de 2016, em busdoors, outdoors, veículos do TJSE e cartazes nas unidades do Tribunal.

Novo Portal

Com um design moderno e mais acessível para os usuários, além das notícias, o novo portal deixou bastante visíveis os ícones 'Manifestação – Cadastrar', 'Pesquisa de Satisfação' e 'Ouvidoria Ambiental'. Tendo em vista o crescimento do uso de celulares e tablets, o Portal foi adequado para facilitar a navegação a partir desses dois canais de comunicação.

Outras realizações

- Aquisição de *headsets*;
- Ouvidoria passou a integrar a ambientação dos servidores do TJ/SE;
- Participação no *I Encontro Nacional de Ouvidores dos Tribunais de Justiça do Brasil*, em Fortaleza (CE);
- Participação no *I e II Encontro do Colégio de Ouvidores Judiciais*, em Gramado(RS) e João Pessoa (PB), respectivamente;
- Participação no projeto *Ouvidorias de Justiça: agentes potencializadores da Mediação e da Conciliação*, do CNJ.

Métodos Consensuais

O macrodesafio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) é a adoção de soluções alternativas de conflitos. A ideia central é fomentar os meios extrajudiciais e judiciais necessários para a resolução de conflitos, de modo a inserir o cidadão como sujeito ativo no processo de negociação/solução dos litígios, utilizando-se da conciliação e/ou mediação. No biênio 2015-2016, o Nupemec teve como foco a consolidação da solução dos conflitos através do procedimento pré-processual, tendo sido realizados 5.576 registros de acordos devidamente homologados.

No tocante à atividade processual, houve considerável aumento das audiências realizadas, em razão da vigência do novo Código de Processo Civil. Foram encaminhados ao Cejusc 7.632 processos (em 2015) e 11.720 processos (em 2016), sendo efetivamente realizadas 13.174 audiências e obtidos 2.295 acordos. Assim, o Cejusc foi responsável pela realização de 7.871 acordos no biênio (pré-processual e processual)



Inauguração do Cejusc dos Fóruns Integrados III

EIXO 1 – IMPLANTAÇÃO DE CEJUSCS E POSTOS AVANÇADOS

O Nupemec, até outubro de 2016, implantou 20 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), incluindo os postos avançados desses Centros, totalizando aproximadamente 49 salas de conciliação/mediação. Os Centros foram instalados tanto nos Fóruns (para atender demanda processual e pré-processual) como no espaço físico das entidades parceiras (específicos para ações extrajudiciais), através de convênios firmados com a Universidade Tiradentes (pólos Aracaju, Itabaiana, Estância e Propriá), Procons Estadual e Municipal, Secretaria de Segurança Pública (*Projeto Acorde*) e Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT).

Cejuscs inaugurados

Além dos que foram inaugurados em Aracaju e também no interior, como mostra a tabela, encontram-se em processo de instalação os Cejuscs em São Cristóvão (sede e UFS), Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Riachuelo, Ribeirópolis, Umbaúba, Lagarto, Cedro de São João e Tobias Barreto.

EIXO 2 – FORMAÇÃO DE CONCILIADORES E MEDIADORES

Para a instalação dos Cejuscs, o Nupemec, através de seus instrutores, capacitou conciliadores e mediadores, tendo como público-alvo servidores,

CEJUSCS INAUGURADOS

Capital	Interior
Pré-processual Fórum Gumersindo Bessa	Cejusc Propriá Posto avançado – Unit
Posto Avançado Fóruns Integrados I	Cejusc Itabaiana Posto Avançado – Unit
Posto Avançado Fóruns Integrados II	Cejusc Estância Posto Avançado – Unit
Posto Avançado Fóruns Integrados III	Cejusc Marcos Freire II Fórum
Posto Avançado Fóruns Integrados IV	Cejusc Nossa Senhora do Socorro Fórum
Posto Avançado Procon Estadual	Cejusc Barra dos Coqueiros Fórum
Posto Avançado Procon Municipal	Cejusc Carmópolis Fórum
Posto Avançado Unit – Rua Lagarto	Cejusc Santa Luzia do Itanhhy Fórum
Posto Avançado SMTT	

estagiários e alunos do Tribunal de Justiça de Sergipe e entidades parceiras. No período de 2015 a 2016, o Núcleo realizou 30 cursos de capacitação e formou cerca de 651 alunos.

Também foi disponibilizado pelo CNJ a plataforma do curso de mediação, no ambiente EAD, a ser promovido pela Ejuse, em parceria com o Nupemec, para capacitação inicial de 100 assessores-conciliadores.

O Nupemec capacitou ainda alunos da Unit para atuarem nas conciliações pré-processuais do TRT, através do convênio com o TJSE. Parceria importante, no sentido de ampliar a disseminação dos métodos alternativos de solução de conflitos.

EIXO 3 – ESTÍMULO AOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os mutirões promovidos pelo Nupemec e Cejuscs tiveram o objetivo de estimular a cultura da conciliação/mediação para resolução dos litígios, principalmente no tocante às questões relacionadas ao consumidor. No biênio em pauta foram realizados 29 mutirões nos diversos Cejuscs da capital e interior. As entidades parceiras foram bancos, empresas de telefonia, energia elétrica, condomínios habitacionais, comércio, entre outros.

EIXO 4 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO E CIDADANIA

O eixo de atendimento ao público e cidadania é responsável pelo encaminhamento e orientação aos cidadãos nas questões referentes aos Cejuscs, além de promover ações que estimulam a participação da população nas sessões de conciliação e mediação. O Setor de Atendimento ao Público e Cidadania articulou parcerias com entidades públicas e privadas, a fim de divulgar os serviços do Cejusc Aracaju. Foram realizadas mais de 50 ações, entre visitas às entidades (36), palestras (7) e reuniões externas (8).

Cejusc na Comunidade

1. Produção de conteúdo informativo sobre conciliação/mediação, endereços dos Cejuscs (folders, cartazes e folhetos);

2. Promoção de esquetes teatrais nos Fóruns da capital para divulgação dos Cejuscs (duas apresentações);

3. Para divulgação dos Cejuscs, foram promovidas reuniões, palestras e visitas nas seguintes entidades: INSS, CRAS, CREAS, Secretaria de Assistência Social de Aracaju;



Inauguração do Cejusc no NPJ da Unit em Aracaju em março de 2015



Mutirão de conciliação com devedores do Banese Card em julho de 2016

Fundat; Secretaria de Assistência Social do Estado; fóruns da capital; sede do TJSE e Memorial do Judiciário;

4. Criação do 'Espaço Informe-se': disposição de material informativo nas recepções dos Cejuscs dos Fóruns Integrados.

Projeto Endividamento

1. *Projeto Sala de Espera - Ajustando as Contas*: veiculação de vídeos sobre educação financeira nas recepções dos Cejuscs dos fóruns da capital e nos mutirões de negociação;

2. Elaboração de folhetos sobre educação financeira;

Métodos Consensuais

3. Projeto para servidores e magistrados do TJSE sobre educação financeira: *Gestão de Finanças Pessoais* (em tratativas para execução).

Ações educativas desenvolvidas durante os mutirões

Promoção de exposição de fotografias, distribuição de folhetos, informativos diversos sobre saúde, justiça, assistência social, cidadania, etc.

EIXO 5 – MEDIAÇÃO ESCOLAR

O Cejusc Aracaju está desenvolvendo o *Projeto Mediação nas Escolas*. Trata-se de um projeto-piloto, que está sendo realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Araújo. O objetivo é levar para a comunidade escolar a concepção e os instrumentos necessários para criar uma cultura de solução alternativa de conflitos. Até outubro de 2016, a equipe de mediadores do Cejusc Aracaju realizou sessões de mediação com professores, equipe diretiva e alunos. A próxima fase será a capacitação de professores e alunos para a criação de câmaras de mediação na escola.

EIXO 6 – PORTAL DA CONCILIAÇÃO

O Portal da Conciliação foi construído para ser mais um canal de comunicação entre o Nupemec e a população. Seu conteúdo versa sobre legislação e manuais pertinentes à conciliação e mediação. No biênio ele foi reformulado, com acréscimo de menus que dão acesso ao curso 'Oficinas de Parentalidade', ao 'Cadastro de Conciliadores e Mediadores Judiciais', bem como ao 'Espaço Cidadão', este último destinado à educação financeira.

EIXO 7 – CEJUSC ITINERANTE

Projeto Pare, Concilie e Siga!

O Nupemec capacitou todos os agentes de trânsito do Município de Aracaju para que pudessem promover a conciliação extraprocessual em casos de acidentes de trânsito. Concomitantemente, foi desenvolvido um aplicativo pelos parceiros (TJSE e SMTT) para que os acordos realizados na rua fossem cadastrados no Sistema e homologados judicialmente.

Assim, o Tribunal de Justiça passou a oferecer um serviço de solução de conflitos célere e efetivo, onde as partes são atendidas imediatamente pelo agente de trânsito, que promove o consenso entre os envolvidos e registra o acordo no sistema do TJ, através do aplicativo.



Palestra sobre métodos consensuais para estudantes no Memorial do Judiciário em outubro de 2016



Reunião com equipe da Fundat em agosto de 2016



Aplicativo desenvolvido pelo TJSE e SMTT permite que agentes de trânsito façam conciliações na rua

Coord. da Infância e da Juventude

Manter conquistas, avançando e aprimorando. Imbuída desse entusiasmo, a Coordenadoria da Infância e Juventude manteve, em sua gestão biênio 2015/2016, o reconhecimento nacional e internacional conquistado anteriormente pelo TJSE. Prova disso foi a premiação com o Selo Ouro 2015/2016 em Infância e Juventude, resultante de trabalho e esforços conjuntos. Confira a seguir as principais ações durante o biênio.

Modernização do Portal da Infância e Juventude

Vislumbrando a oportunidade de reformular o paradigma no qual a linguagem aparta o cidadão das instituições, a CIJ modernizou e expandiu, estrategicamente, o rol de funcionalidades do Portal da Infância e Juventude. De plano, a opção por uma interface mais intuitiva em seu layout e a compatibilidade multiplataforma, tornando possível o acesso ao portal por meio de diversos dispositivos portáteis sem a necessidade da instalação de aplicativos.

Dessa maneira, a gama de ações e projetos voltados às crianças e adolescentes; as notícias diversificadas; a disponibilização de um acervo de normativas e documentos nacionais e internacionais constantemente atualizadas sobre o tema, resultaram importantes funcionalidades para o Portal. Destaca-se a Agenda da Infância, o cronograma de curso para postulantes à adoção, o plantão dos Conselhos Tutelares, além de endereços e contatos da rede de atenção.

Projeto Mandado de Internação Eletrônico TJSE

Há mais de 10 anos que a expedição e/ou encaminhamento de documentos pelas unidades jurisdicionais é realizada através do uso do Sistema de Controle Processual (SCP). Apesar desse avanço, alguns mandados continuavam sendo confeccionados em editor de textos com a entrega pessoal à autoridade policial (delegacia). Mas a partir de maio de 2016, passou a ser possível o encaminhamento dos Mandados de Internação e de Busca e Apreensão de adolescentes em conflito com a lei, por meio do Sistema de Controle Processual do TJSE, através de ferramenta eletrônica de gerenciamento e troca de informações entre as instituições.

Destaca-se, também, como marco da gestão as tratativas para implementar idênticos avanços quanto aos Mandados de Desinternação. A expedição informatizada das documentações e ordens de desligamento dos adolescentes inseridos no Sistema de Atendimento das Unidades de Internação do Estado, objeto de Convênio e Plano de Trabalho já elaborados, aguarda tão somente que a entidade conveniente, a quem cabe executar as medidas socioeducativas em Sergipe, finalize as adequações tecnológicas de sua incumbência.

Gerenciamento processual personalizado e individualizado no âmbito da Infância e Juventude

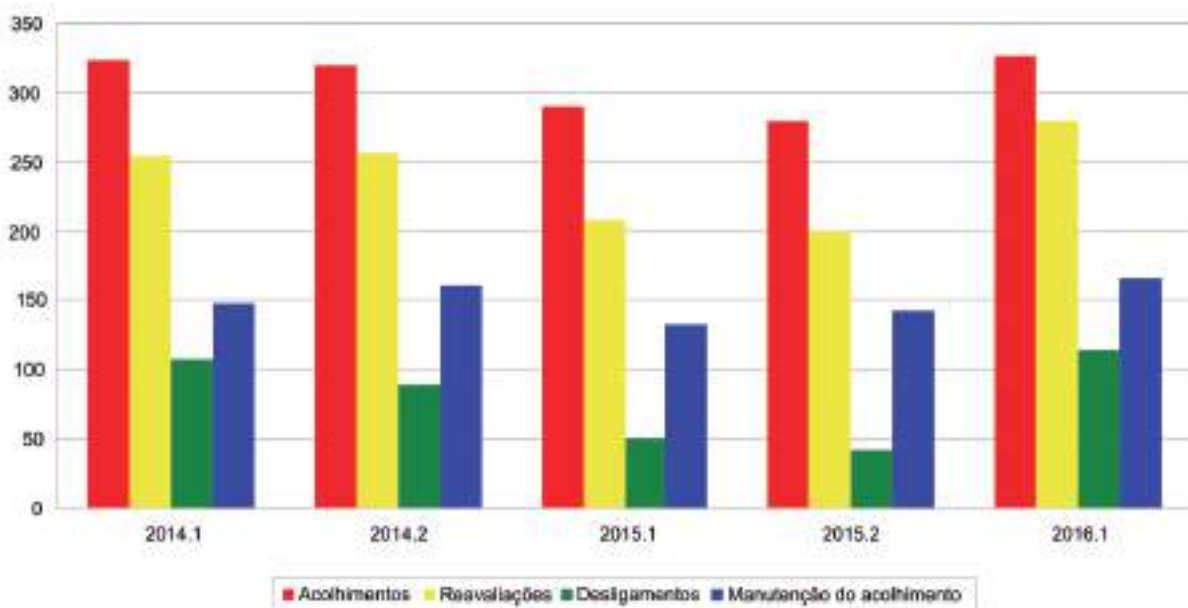
Tal inovação tem como principal objetivo

propiciar à unidade jurisdicional um efetivo gerenciamento de processos onde há crianças/adolescentes acolhidos/internados, por meio de um acompanhamento individualizado, automático e eletrônico das situações, condições e dos prazos específicos para cada caso em concreto.

O acompanhamento prioritário dos processos com criança ou adolescente consiste em definir um prazo máximo para que seja dado andamento e criar medidas objetivas para sua aferição. Findos os prazos legais atribuídos à espécie, sem que haja movimentação, o sistema bloqueará a movimentação processual e obrigará o encaminhamento do processo ao gabinete do magistrado competente, para que se dê andamento ao feito, independentemente de seu trâmite se dar por meio físico ou virtual. Os processos com excesso de prazo e que se encontrem em situação irregular, ficam registrados no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça.

Projeto Familiarizar

A CIJ, a partir de 2016, por meio de ferramenta própria, passou a acompanhar a situação de cada criança ou adolescente acolhido em Sergipe, informando aos juízos possíveis pendências quanto à alimentação do Cadastro Nacional de Criança Acolhida, realização semestral das reavaliações, acolhimentos com prazo superior a seis meses sem ação de destituição do poder familiar, reforçando, assim, o controle já realizado por meio das audiências concentradas. Seguem os resultados no período compreendido entre 2014 a 2016:



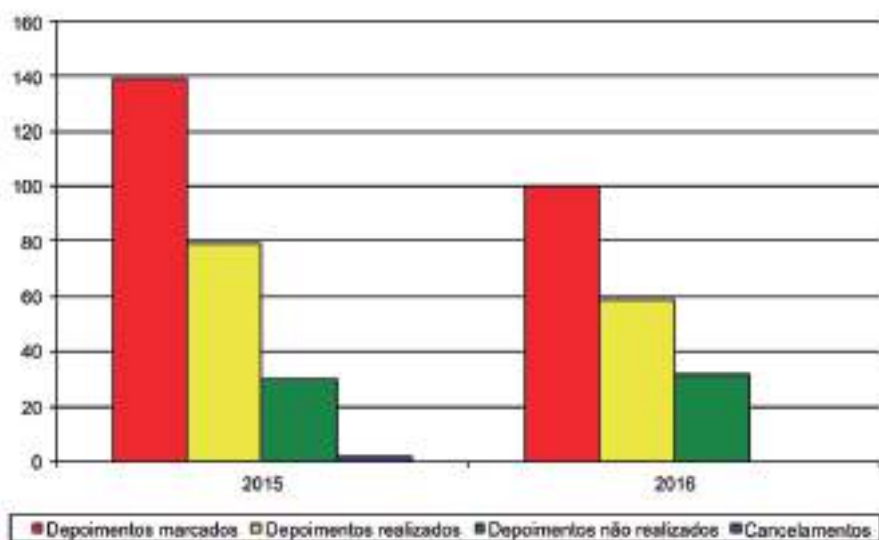
Coord. da Infância e da Juventude



No dia 11 de maio de 2015, foi assinado o Protocolo de Cooperação Interinstitucional. Em 21 de setembro de 2015, foi instalado na 17ª Vara Cível, em Aracaju, o primeiro Núcleo de Práticas de Justiça Restaurativa do Judiciário sergipano. Em 16 de outubro de 2015, o segundo Núcleo foi instalado em Canindé do São Francisco

Inquirição Especial

Trata-se da implementação de metodologia diferenciada em entrevista forense destinada a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com a instalação de uma sala especial para tomada de depoimento mediada por profissional capacitado para esse fim. Os resultados gráficos abaixo elencados, respectivamente referidos aos anos de 2015 e 2016, denotam uma estabilização entre a marcação e a realização de audiências para Inquirição Especial, onde se percebe uma taxa menor, para o ano de 2016, de cancelamentos das audiências, podendo-se inferir uma maior aceitabilidade e difusão do programa, resultando em sua otimização nas unidades jurisdicionais.



PROGRAMA DE IMPLEMENTO E MULTIPLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

No dia 11 de maio de 2015, foi assinado o Protocolo de Cooperação Interinstitucional para difusão dos princípios e práticas da Justiça Restaurativa em Sergipe. Tal protocolo alinha-se à estratégia de solução autocompositiva e pacificação de conflitos e violências envolvendo crianças e adolescentes.

Assinaram o Protocolo, além do TJSE, o Ministério Público e a Defensoria Pública Estaduais; a Associação dos Magistrados de Sergipe; a Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude; o Fórum Estadual de Juizes da Infância e Juventude de Sergipe; a Fundação Renascer do Estado de Sergipe; a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe; a Universidade Federal de Sergipe; a Escola Judicial de Sergipe; Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco; Secretarias de Estado da Educação e da Segurança Pública e Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju.

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) passou a incluir a Justiça Restaurativa como método alternativo de solução de conflitos escolares. Em 21 de setembro de 2016, foi realizado o encontro inaugural de Projeto da Seed, em parceria com o Juízo de Pacatuba/SE, para aplicação de Justiça Restaurativa em oito escolas do Baixo São Francisco, com a colaboração do TJSE. Em Estância, o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível lançou o projeto *Viver em Paz é Possível*, realizando círculos restaurativos não conflituos com a rede de proteção, tendo como público-alvo jovens assistidos pelos CRAS e CREAS.

No dia 18 de outubro de 2016, em evento promovido pela CIJ, os profissionais do CRAS, CREAS e unidades de acolhimento de Aracaju tiveram a oportunidade de participar de vivências em práticas restaurativas. A iniciativa rendeu bons frutos, resultando na adesão dos profissionais presentes a se inserirem no calendário de formação de facilitadores extrajudiciais, programação que será desenvolvida ao longo de 2017.

A partir de 30 de janeiro de 2017, até a primeira semana de fevereiro do mesmo ano, a CIJ, em articulação com a Escola Judicial de Sergipe, realizará, uma nova formação de facilitadores em Justiça Restaurativa. A estratégia é implementar as práticas de forma

expandida para além do contexto do ato infracional, difundindo-a no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, dos Juizados especiais referentes à violência doméstica, no âmbito da Execução Penal, nas situações envolvendo o Direito de Família e no contexto das crianças e adolescentes em situação de risco.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO ECA

O Programa visa a capacitação e formação continuada, de profissionais e integrantes de segmentos da sociedade civil que atuam no âmbito do Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), além da divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito da comunidade estudantil. A CIJ, por meio da Capacitação para Agentes de Proteção e Conselhos Tutelares do Estado de Sergipe, realizou, juntamente com a Fanese, o 'II Curso de Capacitação Conselheiros Tutelares 2016. ECA: 26 anos em prol da cidadania e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes'. O curso foi dividido em oito encontros, entre os dias 17 de outubro e 9 de novembro de 2016, contando com a presença de cerca de 100 conselheiros tutelares titulares e suplentes, de 50 municípios sergipanos.

Projeto ECA nas Escolas

Também integra o Programa de Capacitação e Disseminação do ECA, mas é destinado a estudantes da rede pública de ensino e à comunidade. Os conteúdos privilegiados no projeto permitem o desenvolvimento de ações que estimulam o protagonismo e a participação efetiva de crianças, adolescentes e da família, notadamente quanto ao processo de redução de conflitos em ambiente escolar.

Capacitação de Agentes de Proteção

Destina-se à capacitação dos Agentes Voluntários de Proteção dos Juizados da Infância e da Juventude do TJSE, como base fundamental para a implantação de ações asseguradoras do fiel cumprimento dos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta definidos no ECA. A atuação dos Agentes de Proteção da Infância e da Juventude confere a esses profissionais um papel relevante na realização de fiscalizações, diligências diversas e cumprimento de portarias expedidas pelos Juízes com competência em Infância e Juventude.



Ação do Projeto É Natal: visita ao American Park, em novembro de 2016

Capacitação de magistrados e servidores

Engajada em sedimentar os conhecimentos mais atualizados em Infância e Juventude, a gestão biênio 2015/2016 articulou com a Ejuse a concretização desse sonho ao disponibilizar, aos Juízes de Direito e aos servidores do TJSE, curso presencial na área juvenil com profissionais nacionalmente reconhecidos. Dividido em módulos, o curso tratou a temática tanto na teoria como na prática, com ênfase na qualidade e no caráter interdisciplinar dos conteúdos ministrados.

PROGRAMA ADOÇÃO CONSCIENTE

Visa a preparação psicossocial e jurídica aos postulantes à adoção, nos moldes do artigo 197-C, §1º do Estatuto de Criança e do Adolescente.

Curso de Postulantes à Adoção

O ECA prevê, como requisito obrigatório para a habilitação à adoção, que seus pretendentes sejam devidamente qualificados por meio de cursos promovidos pelo Poder Judiciário. No biênio 2015-2016, mais de 300 pretendentes à adoção foram qualificados pelo TJSE.

Interiorização do Projeto Adoção Consciente

Uma das metas da gestão consistiu em ampliar, de maneira descentralizada, a realização dos cursos à adoção. Com efeito, ao longo de 2015 e 2016, os municípios de Aracaju, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Lagarto, estrategicamente localizados em microrregiões de Sergipe, tem sediado mensalmente edições dos cursos.

Divulgação

Com o intuito de facilitar a realização dos cursos, foram produzidos, em parceria com a Ejuse e com a Dircom, os vídeos 'Boas-vindas aos pretendentes à adoção', 'Cordel: Trem da Adoção', 'Aspectos Jurídicos da Adoção', 'Adoção: Perguntas e Respostas', 'O Cadastro Nacional de Adoção' e o 'Documentário sobre Adoção'. As respectivas produções foram disponibilizadas aos Juízes e aos Núcleos de Serviço Social e Psicologia. Ainda em 2016, foram realizadas três edições das videoaulas sobre a adoção, as quais foram e continuam a ser difundidas como material de formação e informação, destinados ao público interno e externo.

Coord. da Infância e da Juventude

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO SER HUMANO

Proporciona apoio afetivo, auxílio material e acesso a serviços essenciais a crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional nos abrigos de Sergipe, cujos vínculos familiares estejam rompidos, parcial ou totalmente. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 registraram-se 102 novos cadastros nas modalidades de apadrinhamento afetivo, provedor e colaborador.

Projeto Encontro Interativo

Busca proporcionar as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional momentos de convivência e lazer em torno das celebrações pela Semana da Criança. No período de 2014-2016, o projeto beneficiou 723 acolhidos com a entrega de presentes e a promoção de celebrações com a participação de magistrados, servidores e voluntários da sociedade civil.

Projeto É Natal!

Em 2015, teve como principais parceiros os maiores centros de compras e entretenimento de Aracaju. Em um deles, foi montada a Árvore dos Sonhos, com cartas de crianças e adolescentes acolhidos e dos assistidos pela Legião da Boa Vontade; no outro, foi disponibilizado o estande Estrelas do Bem, com oferta de presentes de Natal para crianças e adolescentes acolhidos. O projeto contou ainda com mais uma árvore, instalada no Palácio da Justiça. Outro grande parceiro foi o American Park, ao disponibilizar acesso ao seu parque e lanches para mais de 300 crianças e adolescentes de 11 unidades de acolhimento do interior e também da LBV. Em 2016, as iniciativas prosseguiram com a captação de novos colaboradores e a renovação das parcerias.

PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PRAIF/SGD)

Conjunto articulado de ações entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Ministério Público Estadual, voltado para a operacionalização qualificada da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente. No biênio 2015/2016, o programa fomentou a ampliação da oferta do serviço de acolhimento institucional, que passou a ser oferecido em todo Estado, juntamente com a expansão da rede de Centros de Referência Especializados da Assistência Social, hoje instalados em quase todos municípios.



Encerramento do Curso de Capacitação dos Conselheiros Tutelares, em novembro de 2016



Vídeoaula sobre adoção

MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL

- Serviço disponibilizado de 2014 a 2016
- Serviço disponibilizado até 2014



Coordenadoria da Mulher

A Coordenadoria da Mulher desenvolveu suas atividades dentro de quatro pilares: Eixo da Educação Continuada; Eixo de Prevenção; Eixo de Estudos e Pesquisas; e Eixo das Parcerias e Articulação com a Rede de Serviços.

EIXO DA EDUCAÇÃO CONTINUADA

Palestras e capacitações sobre violência doméstica e familiar contra a mulher: alguns eventos para capacitação de servidores e Juízes foram oferecidos nesta gestão, em parceria com a Escola Judicial do Estado de Sergipe (Ejuse) buscando trabalhar questões relacionadas a gênero e prevenção/combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Seminário 'Violência contra a Mulher em Debate: inquietações e possibilidades': realizado no Ministério Público do Estado de Sergipe, em 02/03/2015. Foram abordados temas como medidas protetivas, rede de proteção, entre outros. Na oportunidade, foi divulgado o projeto *Viver Melhor*, uma parceria entre Faculdade Estácio (Fase) e TJSE para dar início ao atendimento grupal a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Curso 'Questões sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher': direcionado aos magistrados, aconteceu em 13/04/2015. A ministrante foi a Juíza de Direito do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Ramos de Mello.

IX e X Jornadas de Trabalhos da Lei Maria da Penha: promovida pelo CNJ, contou com a Juíza Coordenadora e de uma servidora da equipe multidisciplinar. O evento objetivou mobilizar, discutir, aprovar, revisar, publicar e divulgar trabalhos sobre a efetividade da Lei 11.340/2006.

V e VI Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: fórum máximo de discussões e deliberações sobre a temática da violência contra a mulher. O TJSE esteve presente e foi representado pelas magistradas Soraya Melo, Cláudia do Espírito Santo, Patrícia Carvalho, Isabela Sampaio, Elaine Celina Afra e Heloísa Castro Alves.

I Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres: promovido pelo Instituto Wladimir Herzog e Instituto Patrícia Galvão, teve a participação da Juíza Coordenadora e da Psicóloga da Coordenadoria da Mulher do TJSE.



Curso para magistrados em abril de 2015

EIXO DE PREVENÇÃO / PROGRAMA EDUCAR PARA CONSCIENTIZAR

Projeto Educação e Família: teve início em 2013, como piloto no Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ). Foi levado para outras instituições, a exemplo do GAAC, Externato São Francisco, empresas privadas, Federação do Comércio (Fecomércio)/Serviço Nacional do Comércio (Sesc), escolas municipais e estaduais.

Projeto Educação e Lúdico: busca trabalhar a violência doméstica de forma preventiva, divulgando conceitos e estimulando que alguns deles sejam repensados através da arte. Teve como principais ações nos anos de 2015 e 2016 as exposições fotográficas 'Colorindo a Dor' e 'Reencontro' (parceria com o Studio D) e de esculturas, 'Da Gênese à Liberdade' (parceria com o artista plástico Antônio da Cruz).

Projeto Grafite nas Escolas: em 2015, foi realizada a segunda edição, novamente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju. Para a sua execução, foram definidas cinco escolas da rede municipal de ensino da capital.

Projeto Capacitação e Desenvolvimento: surgiu a partir de uma proposta realizada pelo próprio grupo de Oficiais de Justiça e Executores de Mandados durante uma reunião com a Juíza

Coordenadora. Ao todo, 65 oficiais e executores de mandados da Grande Aracaju participaram das oficinas, sendo 45,45% do total de servidores que executam essa função na capital. E, do interior do Estado, 106 oficiais e executores de mandados, totalizando 55,78% do contingente desses profissionais no interior de Sergipe.

Projeto Construindo Conceitos e Ações: a Coordenadoria traçou proposta de trabalho com a Polícia Militar de Sergipe inicialmente e, depois, com outros agentes de segurança pública. O objetivo foi realizar oficinas sobre violência contra a mulher. O primeiro grupo aconteceu em agosto de 2016, durante a *V Semana da Justiça pela Paz em Casa*, com carga horária de 8 horas. As quatro turmas contemplaram mais de 100 policiais militares. O projeto foi reconhecido pelo CNJ, sendo referenciado pela Conselheira Daldice Santana, que coordena o Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar do CNJ.

Projeto Sala de Espera: é executado em três fóruns de grande circulação (dois em Aracaju e um em Nossa Senhora do Socorro). Foi ampliado para outros locais, como Delegacia de Atendimento de Grupos Vulneráveis, GBarbosa e Sesc. Visa promover, através de vídeos educativos, um espaço de informação e reflexão sobre a violência doméstica e familiar para os usuários dos serviços judiciários e comunidade geral.

Coordenadoria da Mulher

Palestras na Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas (Vempa): a Coordenadoria integrou o rol de palestras promovidas pela Vempa, disponibilizando oito encontros durante o mês de maio de 2016. Estiveram presentes 150 beneficiários que cumprem Suspensão Condicional da Pena (Sursi), tendo eles sido condenados por crimes diversos, inclusive pelo crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Palestra ‘As diferenças como caminho para integração do ser’: marcou a comemoração do TJSE ao dia internacional da mulher, em 09/03/2015. A apresentação, realizada pelo Mestre em Psicologia, André Prudente, foi prestigiada por cerca de 80 servidoras do TJSE.

Apresentações teatrais sobre violência doméstica e familiar contra a mulher: principalmente inseridas nas Semanas da Justiça pela Paz em Casa, aconteceram diversas internas e externas ao TJSE, em terminais de ônibus, cruzamentos de avenidas com alto fluxo e escolas. O tema violência contra a mulher foi abordado de forma descontraída, mas não menos séria e cuidadosa. O grupo teatral também distribuiu folhetos informativos, cartilhas e bottons.

Roda de conversa ‘Violência Doméstica contra a mulher nos meios de comunicação’: realizada em agosto de 2015, no Centro Cultural de Aracaju. Reuniu profissionais da área de jornalismo e estudantes. Teve por objetivos debater a forma que a mulher vítima de violência doméstica é exposta nos meios de comunicação e como a mídia pode influenciar para a prevenção e o combate à violência contra a mulher.

Seminários ‘A violência doméstica contra a mulher: Construindo Novos Olhares’ e ‘Violência doméstica contra a mulher. Restaurar relações: uma alternativa’: realizados, respectivamente, em agosto de 2015 e dezembro de 2016, durante as II e VI *Semana da Justiça pela Paz em Casa*. Foram destinados a profissionais da assistência social, segurança pública, Defensoria Pública, Ministério Público, representantes dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos das Mulheres, estudantes e professores de Psicologia, Direito, Enfermagem e Serviço Social. Os eventos ocorreram no Auditório do Palácio do TJSE.

Confecção e distribuição de material educativo para a população: além de informar as mulheres e comunidade de forma geral, a ideia é contribuir para reflexão acerca da temática.



Curso para policiais militares do Projeto Construindo Conceitos e Ações



Projeto Sala de Espera no DAGV em Aracaju



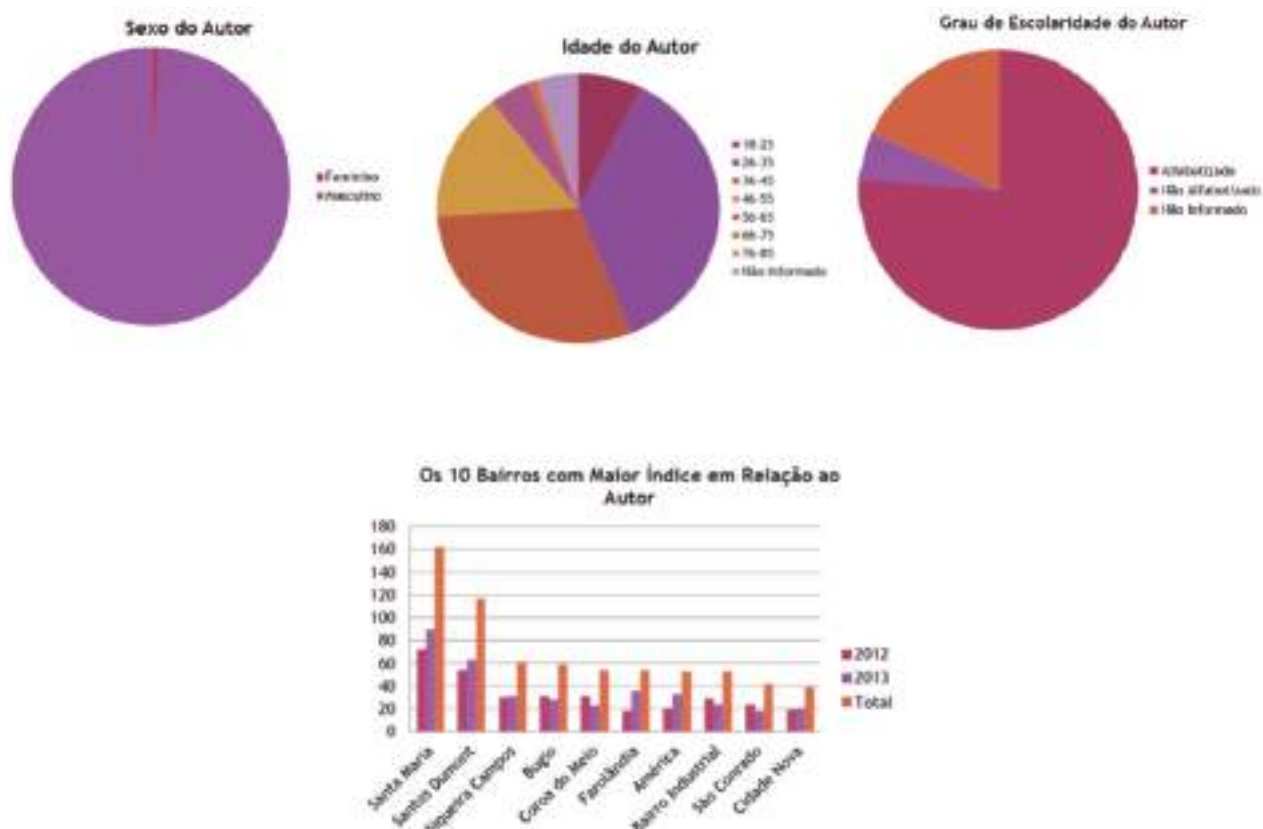
Semana da Justiça pela Paz em Casa: palestra em escola de Socorro

Fôlderes, cartilhas, panfletos, cartazes, marcadores de livros, bottons e até mesmo um documentário alusivo aos grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher foram idealizados.

Projeto Informar para conscientizar: são estabelecidas parcerias com empresas/organizações que cedem espaços de comunicação interna ou externa para que sejam divulgadas questões relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher. Teve início com a inserção de frases sobre a temática nos contracheques dos servidores do TJSE, em 2015. No ano seguinte, o projeto foi ampliado através de parcerias com a Fecomércio, Energisa, supermercados de Itabaiana da Rede Peixoto, Universidade Tiradentes e Cinemark. As TVs abertas locais também exibiram vídeos educativos. A cartilha *Chega! Amar Não Dói*, lançada em agosto de 2016, teve grande repercussão sendo, inclusive, solicitada por instituições como Secretarias Municipais de Saúde e Educação, Conselho de Direitos e Defesa da Mulher (OAB/SE) e Instituto Federal de Sergipe.

EIXO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Pesquisa 'Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Aracaju: uma análise crítica das medidas protetivas de urgência': realizada a partir de convênio com a Unit, com coordenação da professora de Direito Grasielle Borges. Teve início no segundo semestre de 2014 na Delegacia Especializada, estendendo-se, no ano seguinte, para o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O objetivo é analisar a eficácia das medidas protetivas de urgência aplicadas às mulheres vítimas, a partir de uma análise processual e acompanhamento das audiências. Em 2016, houve ampliação da pesquisa para algumas regiões do interior de Sergipe, estendendo também o objeto pesquisado. Veja um dos resultados encontrados na pesquisa:



EIXO DE PARCERIAS E ARTICULAÇÕES COM A REDE DE SERVIÇOS

A Coordenadoria da Mulher tem priorizado ações de estímulo à articulação da rede. Inclusive atendendo, antecipadamente, a recomendação do CNJ que sugere aos Tribunais Estaduais a inserção de meta no planejamento

estratégico de 2017 relativa ao fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Programa Viver Melhor: parceria entre TJSE e Fase. A extensão do projeto faz um acolhimento das mulheres vítimas de violência no próprio Juizado Especializado. O trabalho é

realizado por estagiários de Psicologia supervisionados, encaminhando-as para um atendimento psicológico efetivo no campus. Na faculdade, também são fornecidas orientações nutricionais e de saúde à vítima, por alunos de Nutrição e Enfermagem, além de realizados exames de mama e ginecológico. O programa tem dois projetos: o *Viver Melhor* visa a

Coordenadoria da Mulher

reabilitação psicossocial de homens autores de violência contra mulheres; e o *Viver Mulher* acolhe e promover a emancipação de mulheres vítimas de violência doméstica através de um atendimento humanizado.

Reuniões e parcerias frequentes com órgãos que têm como foco a mulher: ocorrem, encontros e contatos frequentes com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (OAB), Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher (Ministério Público), universidades e faculdades, Centros de Regionais Especializados de Atendimento à Mulher e Secretarias Municipais. No geral, as parcerias estão focadas em campanhas, capacitações e palestras de combate e prevenção à violência contra a mulher.

Projeto Conectando com o Social: auxilia a mulher vítima no rompimento do ciclo da violência através de seu empoderamento, visando a autonomia, a independência financeira e, sobretudo, o fortalecimento da autoestima desta mulher. Tem dois focos: capacitação, através de parcerias com instituições como Fundat e Senac, que ofertam cursos profissionalizantes; e a inserção no mercado de trabalho. No segundo semestre de 2016, a Coordenadoria da Mulher contactou empresas do ramo de serviços de terceirização e construção civil no intuito de buscar mais parcerias para o projeto, ampliando a disponibilidade de vagas para os diversos perfis de mulheres encaminhadas.

Cadastro integrado de fiscalização de medidas protetivas: a Coordenadoria da Mulher e o CIOSP integraram seus sistemas de informação. Quando a mulher que tem medidas de proteção a seu favor discar para o 190 (telefone da PM), o sistema acusará urgência e apresentará detalhes da medida protetiva em vigência. Isto propiciará que o agente atue, de pronto, a viatura mais próxima com a urgência e prioridade que o caso requeira.

Projeto Interior em Rede: diagnostica a realidade da rede de enfrentamento à violência doméstica local (município atingido) com o intuito de propor ações. Foram analisados os dados estatísticos de processos judiciais no Estado, priorizando os municípios de maior incidência. Constatou-se que o município de Nossa Senhora do Socorro lidera os casos de violência contra a mulher em Sergipe. Durante reunião realizada em 14/10/2016, com a presença do Ministério Público, Juiz da 1ª Vara Criminal de Socorro, Defensoria Pública,



Encontro Tecendo a Rede, em março de 2016

Delegada da DAGV, Secretário de Assistência do Município de Socorro e Coordenadoria da Mulher, foram estabelecidas algumas diretrizes: implantação de uma equipe multidisciplinar na DAGV local, bem como a concessão de um espaço, no município, para atendimento de mulheres vítimas.

Encontros com a Rede: em 2016, durante as IV e V *Semanas da Justiça pela Paz em Casa*, nas dependências do TJSE, a Coordenadoria da Mulher promoveu, respectivamente o I e II Encontros 'Tecendo a rede, construindo laços para enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher'. Os eventos contaram com a presença de representantes estaduais e municipais de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de organizações civis, a exemplo da OAB.

Implantação da equipe multidisciplinar na Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) de Aracaju: na V *Semana da Justiça pela Paz em Casa* foi apresentada às delegadas a equipe técnica psicossocial do município que ficou designada para atuar na DAGV, fazendo o encaminhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e instituída a sala de atendimento no local.

Projeto de Terapia para casais: desenvolvido pela Faculdade Pio Décimo em parceria com a Coordenadoria da Mulher, fornece atendimento psicoterapêutico a casais em processo de violência doméstica e familiar.

Convênio de estágio curricular obrigatório com a Unit: o objetivo é inserir estagiários dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Semanas da Justiça pela Paz em Casa: eventos de abrangência nacional instituído pela Ministra do STF Carmem Lúcia Antunes Rocha, têm por objetivo mobilizar a Justiça Brasileira e toda a sociedade para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O TJSE aderiu às seis semanas realizadas em 2015 e 2016.

Modernização do Portal da Coordenadoria da Mulher: ocorrida em 2016, facilitou o acesso a informações, a exemplo de links que direcionam a legislações, endereços, formulários, manuais e notícias. Destaca-se o link 'Rede de Enfrentamento', onde estão listados endereços e telefones de CAPS, CRAS, CREAS, CREAM, Casa-Abrigo, Central de Atendimento à Mulher (180), entre outros.

Arquivo Judiciário



Com vistas a atender o *Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário* (Proname), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, o Arquivo Judiciário de Sergipe, no biênio 2015-2017, buscou aperfeiçoar suas atividades. Agilizou o acesso à informação com aplicação de procedimentos de racionalização do ciclo documental, viabilizando o exercício de direitos e deveres dos jurisdicionados e da administração, preservando-se a documentação de valor permanente e realizando a eliminação sistemática dos documentos que perderam sua importância.

Deste modo, a fim de compartilhar experiências e conhecimento sobre gestão de Arquivo Público, o Arquivo Judiciário do TJSE, em 22 de março de 2016, recebeu convite do Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado de Cultura, para participar do Seminário sobre a 'Revisão do Sistema de Arquivos do Estado', quando foram debatidos assuntos como legislação, missão e gestão de arquivos públicos.

Divisão de Avaliação Documental

Engendrou seus esforços na otimização dos procedimentos de avaliação, classificação e descarte dos processos judiciais findos. A iniciativa observa a Resolução 38/2012 do TJSE, que instituiu o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade Unificada dos Processos Judiciais do Poder Judiciário Estadual. O descarte dos processos também respeita as Recomendações 37/2011 e 46/2013 do CNJ, que orientam os Tribunais sobre a observância das normas de funcionamento do Proname.

Durante o biênio 2015-2017 foram aprovados pela Comissão Permanente de Avaliação

Documental (CPAD) e publicados oito editais de Eliminação de Autos Processuais Findos, com descarte de cerca de 170.000 processos físicos, que se tornaram inservíveis ao Judiciário, às partes e à sociedade, em virtude de atingirem a temporalidade disposta na Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada (TTDU), gerando espaço nos acervos equivalente a aproximadamente seis mil caixas-arquivo.

Ainda com o aval da CPAD, foi lançado o 1º Edital de Eliminação de Documentos Administrativos produzidos pelo Poder Judiciário de Sergipe, após conferido enquadramento documental segundo Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração do Poder Judiciário, publicada pelo CNJ. Os descartes observaram, ainda, os critérios de responsabilidade social e preservação ambiental, através de convênio com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Aracaju (Care), em que os documentos e processos são entregues para fins de reciclagem.

Diante dos resultados com os descartes de documentos, o TJSE foi notícia no site do CNJ, na edição publicada em 22 de setembro de 2015. Não obstante, o Arquivo Judiciário de Sergipe ainda foi convidado pelo programa *CNJ no Ar*, que através da Rádio Justiça, foi entrevistado sobre o Edital de Eliminação de Documentação Administrativa nº 01/2016 (primeiro descarte de documentos administrativos).

Atividades	2015	2016
Processos originais (e-mail e sistema)	9.946	8.986
Piças digitalizadas	8.050	11.102
Processos consultados (partes, advogados e representantes)	8.045	7.661
Pesquisa acadêmica	793	903
Documentação administrativa	203	225
Processos conferidos	99.081	103.734
Processos devolvidos	7.463	13.507
Caixas recebidas	8.047	7.563
Total	141.628	153.681

Arquivo Judiciário

Atualmente, em decorrência da virtualização dos processos judiciais, a Divisão de Avaliação Documental do Arquivo Judiciário conjuntamente com a CPAD, estuda formas de realizar o descarte de documentos/processos eletrônicos.

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

Responsável pelo recebimento, conferência, arquivamento e desarquivamento de processos judiciais e documentos administrativos produzidos pelo TJSE e suas unidades judiciais e administrativas, que se encontram prescritos em inventário topográfico e alocados em 22 acervos. Diante do considerável aumento no recebimento de caixas-arquivo, sobretudo devido a virtualização processual e de setores da administração, foram empreendidos esforços para conferir maior organização na guarda/localização de documentos, de modo a atender com celeridade e eficiência as solicitações das unidades jurisdicionais, assim como os pedidos provenientes dos setores de consulta jurídica, seja pelas partes ou advogados, preservado o critério de segurança da informação.

Divisão de Memória Judiciária

É responsável por atribuir valor de relevância histórica aos documentos encaminhados para arquivamento que possam servir à análise científica e à preservação da memória da Justiça sergipana. Possibilita acesso ao público para pesquisas e adota procedimentos de conservação e restauração. Durante todo o biênio, a Divisão também recebeu incessantes visitas de estudantes e pesquisadores em busca de informações para fomento de seus projetos.

A atual gestão viabilizou a participação do Arquivo em curso de atualização realizado pelo Conselho Nacional de Arquivos, no Arquivo Nacional. Logo após, foi firmado Convênio entre o TJSE e o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, visando a capacitação de novos servidores no tocante à utilização de técnicas e métodos de preservação e conservação de documentos.

Houve, ainda, a assinatura de Termo de Convênio de Cooperação Técnica Gratuita firmado entre o TJSE e a Comissão Estadual da Verdade, em agosto de 2016, tendo por objeto principal estabelecer o intercâmbio de informações e documentos referentes às violações dos direitos humanos à época ditatorial, entre o período 1946-1988.



Descarte de mais de 30 mil processos em setembro de 2015



Restauração de processos antigos ou danificados



Visita de alunos do Senac em agosto de 2016

Memorial do Judiciário

As atividades desenvolvidas no biênio 2015-2017 tiveram a finalidade de criar canais efetivos de comunicação com a sociedade, visando esclarecer a estrutura e funcionamento do Judiciário sergipano, através de promoção de exposições de curta e longa duração, palestras, oficina, publicações, pesquisas, cursos e parcerias. Tendo como público-alvo o alunato do ensino fundamental e médio, além dos visitantes em geral, inclusive turistas, e demais participantes das atividades, o Memorial recebeu 1.298 pessoas no período.

PROGRAMA FORMANDO CIDADÃOS

Lançado no dia 19 de agosto de 2016, tem como objetivo informar a estrutura e funcionamento do Judiciário sergipano de forma didática, proporcionando noções de justiça e cidadania, estreitando ainda mais a comunicação entre Judiciário e sociedade. Público-alvo: inicialmente, estudantes de colégios da rede pública e particular.

O programa contou com várias parcerias, entre elas Cejusc, com as palestras 'Métodos Alternativos de Solução de Conflitos' e 'Educação Financeira'; e Maria de Jesus Andrade, doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais, diretora da Escola Municipal de Educação Marcelino Borges dos Santos, de Heliópolis (BA), com a palestra 'Violência Escolar'. Participaram do programa o Colégio Master, Colégio Estadual Jackson de Figueiredo, Colégio Salesiano de Aracaju, entre outros.

PROJETOS EXPOGRÁFICOS

Exposição de longa duração

Em fevereiro de 2016, foi lançada exposição composta por documentos históricos do acervo do Arquivo Judiciário (pronúncia de Virgolino Ferreira, Vulgo Lampião; Ata de implantação do Tribunal de Relação; primeiro processo julgado pelo Tribunal de Relação, em 1892; livro de escritura de compra e venda de escravo). Também há objetos, como escultura da Deusa da Justiça, Tênis; toga de desembargador, urna do Tribunal do Júri, condecorações de desembargadores, quadros, entre outros.

Exposições de curta duração

Da Gênese à Liberdade – de 07/04 a 18/09/2015: em parceria com a Coordenadoria da Mulher do TJSE, o objetivo foi traçar políticas judiciárias no tratamento adequado da prevenção e repressão à violência doméstica, enfatizando a educação como estratégia fundamental. Foram



Exposição "Passagem"

expostas 13 telas e duas instalações, assinadas pelo artista visual Antônio da Cruz.

Eu Ajudo O Planeta! – de 29/05 a 27/07/2015: em parceria com a Secretaria de Administração do TJSE, o objetivo foi divulgar as ações de redução do impacto ambiental das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Passagem – de 24/09 a 29/10/2015: pinturas, esculturas e instalações do artista plástico João Santos, visando uma reflexão sobre a violência nas mais diversas formas.

Olhares de Aracaju – de 17/05 a 04/11/2016: em parceria com a Associação de Artistas Plásticos de Aracaju (AAPLASA), a mostra contou com telas, esculturas, xilogravuras e fotografias, as quais retrataram o tema da *14ª Semana dos Museus do IBRAM*, Paisagens Culturais como patrimônio.

África Quântica – de 07/11 a 20/12/2016: assinada pelo artista João Santos, a exposição fez parte da abertura das comemorações do Novembro Negro em Sergipe.

CANAIS VIRTUAIS DE COMUNICAÇÃO

Atualização do Portal do Memorial – junho de 2015: alimentado com notícias, homenagens, curiosidades e ações desenvolvidas.

Criação do Facebook do Memorial – 15 de julho de 2015 (Memorial TJSE): página criada com o

intuito de divulgar à comunidade em geral as oficinas, exposições, seminários, palestras, cursos, além de atividades de preservação e de promoção da memória/história do Judiciário sergipano e do país.

PUBLICAÇÕES

Seleta Desembargador Dr. Artur Oscar de Oliveira Deda – O Magistrado Doutrinador: a 4ª edição da Seleta foi lançada no dia 31 de março de 2016, apresentamos à sociedade um apanhado de seu pensamento através de sua obra, formada por artigos especializados, poesias, crônicas e depoimentos de notórias personalidades do mundo jurídico.

Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe nº 4: lançada em 10 de novembro de 2016, tem como objetivo incentivar a produção intelectual e científica do meio acadêmico. Através de edital e seleção do Conselho Consultivo, foram publicados 20 artigos e duas resenhas, escritos por 26 autores.

Perfis Biográficos dos Desembargadores do TJSE: lançada em janeiro de 2017, trata-se de uma reedição da Coleção Presidentes, publicada originalmente em 2011, sendo agora ampliada para todos os Desembargadores do TJSE.

PARTICIPAÇÕES

13ª Semana dos Museus – maio de 2015: em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura

Memorial do Judiciário

e com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com o tema 'Museus para uma Sociedade Sustentável'.

14ª Semana dos Museus – maio de 2016: com tema 'Museus e Paisagens Culturais', foi realizada em parceria com IBRAM. Acadêmicos de arquitetura da Unit participaram, como ouvintes, da palestra 'As Danças Folclóricas de Sergipe enquanto Paisagens Culturais', além de oficina com apresentação artística do xaxado, ambas ministradas pela professora de dança Rita Basílio.

LANÇAMENTO DE LIVROS

Fazendo prevalecer seu princípio de incentivo às produções científicas, o Memorial teve seu espaço escolhido por autores para lançamento das obras:

Perfil do Acadêmico de Direito: lançado em 26 de novembro de 2015, o livro é resultado de uma pesquisa de campo, sob a coordenação do Professor Me. Alessandro Buarque Couto, tendo como base alguns questionamentos sobre o perfil do acadêmico de Direito de Sergipe em faculdades locais.

Contos de Pérola: de autoria do analista judiciário Marco Antônio Camilo Santos, o lançamento aconteceu no dia 6 de maio de 2016. A obra traz uma narrativa de fatos vividos ou conhecidos pelo autor, bem como histórias oriundas de seu imaginário através de 30 contos.

DOAÇÕES

Na atual gestão, o Memorial recebeu algumas doações que resgatam a história do Judiciário sergipano, além de compor a exposição de longa duração. Entre elas, estão o diploma Des. Zacarias Lourenço de Carvalho e o livro *Gumersindo Bessa* (edição de 1958), doados por Benedito José de Carvalho Menezes, neto do Des. Zacarias; monografias em alemão de Tobias Barreto de Menezes, doação da Secretaria Municipal de Cultura de Tobias Barreto (SE); quadros dos artistas João Santos (painel *Passagem Luminosa* em homenagem ao Palácio Sílvia Romero), Valter Santos (homenagem a Sílvia Romero), Edu Maia (homenagem a Gumersindo Bessa) e José Valter Soares Santos (homenagem aos desembargadores no Tribunal Pleno). Além de uma doação feita pelo Secretário Municipal de Cultura de Tobias Barreto (SE), Josenilson Bispo dos Santos, uma tela em homenagem a Tobias Barreto assinada pelo artista Silvanio Correa.



Exposição "Da Gênese à Liberdade"



Lançamento do livro Contos de Pérola, de Camilo Santos



Seleta do Des. Artur Oscar Deda

Biblioteca

A Divisão da Biblioteca Central do TJSE administra, planeja, coordena e supervisiona as atividades da biblioteca, como também é responsável pela seleção, aquisição, divulgação, organização, manutenção e conservação de todo o acervo. Na gestão do Desembargador Luiz Mendonça, as obras adquiridas totalizaram um investimento de R\$ 11.152,59. A grande novidade, um investimento de R\$ 79 mil, foi a implantação da **Biblioteca Digital**, em novembro de 2015. Através dela, servidores e magistrados têm acesso a mais 400 obras jurídicas em formato digital da Editora Revista dos Tribunais (RT) e Fiscosoft. Confira outras atividades desenvolvidas:

Periódicos

Foram realizadas as renovações das assinaturas (DOE on-line), e das de títulos correntes, do ano de 2015, totalizando R\$ 6.100,00, e no ano de 2016 somente o DOE on-line, no valor de R\$ 1.200,06, perfazendo um total no biênio de R\$ 7.300,06, atendendo, assim, as solicitações dos usuários. As doações foram feitas pelos Tribunais Superiores, Estaduais, Regionais, editoras, instituições afins e particulares, que contribuíram para um bom atendimento.

Atualmente a biblioteca conta em seu acervo com 259 títulos de periódicos, totalizando 14.730 volumes, cadastrados no sistema BIB 49.772 doutrinas de 135 títulos.

O acervo atual da biblioteca conta com 7.593 registros de títulos de obras, das quais 7.334 são livros, e 259 títulos de periódicos distribuídos em 14.730 volumes, constando um total geral de 22.064 volumes existentes na biblioteca.

A seguir, quadro demonstrativo das compras e doações de livros e periódicos recebidos durante o Biênio 2015-2016:

Material	Compra	Doação	Total
Livros	59	82	141
Separata Sergipana	-	-	-
Periódicos/Exemplares	126	104	230
Periódicos/CD-ROM - Exemplares	-	01	01
Periódicos/DVD	-	-	-
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on line	02	-	02
Total Geral	187	187	374

Intercâmbio

Os serviços de intercâmbio entre bibliotecas e instituições congêneres são essenciais, já que oferecem condições para que as mesmas aumentem suas coleções, principalmente em relação aos periódicos, dando continuidade à formação das coleções. Esse conteúdo de obras pode ser visto no item de doações, que tem contribuído para o enriquecimento do acervo, sendo enviado agradecimentos via e-mail, e através de correspondências, pelas obras recebidas por doações.

Sistema de automação

A assistência dos serviços de automação das Bibliotecas Central e Setorial, através do sistema BIB, é realizada pela Empresa Triade - Soluções Tecnológicas, que atende as solicitações via chamadas, constando no sistema 7.334 livros cadastrados e 259 títulos de periódicos, totalizando-se 14.730 volumes, com doutrinas de 135 títulos, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no portal da biblioteca para consulta. Diariamente, foi realizada atualização do cadastro dos usuários, via

Diário da Justiça, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa nº 13/2005 em relação ao critério de cargos que podem constar no mencionado cadastro.

Biblioteca Central Des. Gervásio Prata
(Anexo II do Palácio da Justiça, 6º andar)

As pesquisas nesse período foram feitas através do nosso sistema BIB, Biblioteca Digital, internet, banco de dados dos Tribunais Superiores e Estaduais, em CD-ROM, periódicos, jornais e livros. Foram realizados 1.360 empréstimos aos usuários, durante a atual gestão, com 1.320 devoluções. A frequência estimada mensal foi de 220 usuários. Foram classificados e catalogados 141 livros e 233 periódicos.

Com as mudanças realizadas na área jurídica, tornou-se necessário o descarte de 103 livros (2015), com a legislação ultrapassada, adquiridos via compra, e doação, ficando no acervo somente um exemplar de cada livro, para que seja utilizado no estudo do Direito Comparado.

Também durante este biênio, foram encadernados os *Diários Oficiais do Estado* de janeiro a junho de 2015. Inclusive, continuaram as pesquisas históricas nos *Diários Oficiais do Estado* com o intuito de resgatar a legislação estadual, compreendendo Leis Complementares, Ordinárias e Decretos, em ordem decrescente partindo-se do ano de 2016. Os trabalhos estão atualizados até o ano de 1990, sendo disponibilizado as ementas no novo Portal da Biblioteca, como também as Leis e Decretos referentes ao TJ/SE na íntegra dos anos de 1990 a 2016.

Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto (Fórum Gumersindo Bessa)

Conta com um acervo de 641 livros e 152 periódicos, perfazendo um total de 793 registros. Foram renovadas todas as assinaturas totalizando-se no valor de R\$ 6.880,30. Diante da aquisição de novas obras, a Biblioteca Setorial passou a ter um razoável aumento na frequência dos usuários, necessitando de uma melhor infraestrutura em relação ao reduzido espaço para as acomodações de uma biblioteca. Foram catalogados e classificados no biênio, 57 livros e 80 periódicos; além de computados 714 empréstimos de livros e periódicos, feitos aos juizes, diretores de secretaria e assessores. Foram comprados 105 livros e periódicos e recebidas 32 doações dos mesmos materiais.

Comunicação

Divulgação das ações do Poder Judiciário sergipano, cobertura de eventos, atendimento à imprensa, produção do Programa Sergipe Justiça e da Revista Judiciarium, alimentação da Agência de Notícias e das redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube, campanhas gráficas e clípgem das notícias do TJSE divulgadas nos jornais impressos são algumas das atividades da Diretoria de Comunicação (Dircom). No biênio 2015-2016, novidades foram acrescentadas ao dia a dia da comunicação do TJSE, confira a seguir.

Revista Judiciarium

A revista *Judiciarium*, em 2016, completou 20 anos de existência e também chegou à centésima edição. Durante o biênio 2015-2016, foram veiculadas duas edições. Além de contar a história da revista, a centésima edição teve uma novidade: a revista foi indexada ao International Standard Serial Number (ISSN), ou seja, Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. Concedido à *Judiciarium* pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), o código internacional serve para identificar, de forma única, títulos de publicações como revistas e anais de eventos.

Campanhas

A Dircom incentivou diversas formas de comunicação, através de projetos gráficos, áudio e vídeo de setores da administração da Justiça. Vale ressaltar que os trabalhos foram realizados por servidores da Dircom, sem a necessidade de contratação de uma agência para criação de artes e campanhas de marketing. Veja algumas campanhas que foram realizadas durante o biênio:

Audiovisuais

-Coordenadoria da Mulher: VT sobre violência doméstica para TVs abertas e Cinemark; VT sobre convênio entre TJSE e Ciosp para TVs abertas; documentário sobre grupo de terapia para homens agressores.

-Coordenadoria da Infância: VT Trem da Adoção para cursos de postulantes.

-Vempa: VT sobre prestação pecuniária de penas alternativas.

-Vídeos institucionais para os Encontros do Planejamento Estratégico.



Produção de documentário para Vempa

Gráficas

-Valorização do Judiciário

-Dia do Oficial de Justiça

-Cejusc: 'Mediar: bom para todos', Oficina de Pais, Mutirão Banese, 'Pare, concilie, siga', 'Saiba administrar seu dinheiro'

-Coordenadoria da Mulher: 'Chega', Sergipe por Elas, Medidas Protetivas, Semana da Justiça pela Paz em Casa, Seminário de Violência Doméstica e Familiar.

-Ouvidoria: É bom ouvir você, Atendimento Legal, Dia da Árvore.

-Corregedoria: Selo Digital

Atendimento à imprensa

Uma das rotinas da Dircom é atender aos pedidos de entrevistas ou informações que são feitos por jornalistas dos mais variados veículos de imprensa local e nacional. Para organizar o fluxo desse atendimento foi criado, em 2015, um blog interno no qual a equipe da Dircom registra todo o atendimento à imprensa, com nome do jornalista e veículo, data e hora do pedido, demanda e retorno dado. Nos últimos dois anos, foram registrados mais de 400 atendimentos à imprensa, com destaque para os meses de março e maio de 2016, nos quais foram proferidas decisões relativas ao



Revista Judiciarium chega à centésima edição

WhatsApp por conta do pedido de quebra de sigilo durante a tramitação de um processo de uma quadrilha de tráfico internacional de drogas. Na ocasião, a Dircom chegou a atender mais de 30 jornalistas por dia, inclusive de veículos internacionais, como o *El País* e *The New York Times*.

Judiciário nas Redações

Em 2016, a Dircom deu início ao projeto *Judiciário nas Redações*, que visa levar informações sobre o TJSE a redações de veículos de comunicação e também a jornais-laboratório dos cursos de Comunicação. Foram realizadas duas edições, em maio e novembro, ambas para alunos de Jornalismo da Universidade Tiradentes, totalizando cerca de 50 participantes. As informações levadas aos jornalistas e/ou estudantes referem-se a explicações sobre a estrutura do Poder Judiciário, termos jurídicos, potencialidades do site do TJSE, como a consulta processual, Agência de Notícias e Portais da Infância, da Mulher e da Transparência. A ideia é que os jornalistas tenham um embasamento mínimo para que possam fazer boas coberturas jornalísticas no Poder Judiciário. Na ocasião, também é distribuída a publicação *Conheça o Judiciário* (produzida pela Dircom e que está na sua segunda edição) e um manual elaborado especificamente para o projeto.

Sergipe Justiça

Durante o biênio, o programa teve mais de 60 edições e foi exibido, localmente, pelas TVs Alese e Aperipê, e, nacionalmente, pela TV Justiça. Foram produzidos vários programas especiais, com assuntos diversos, como ditadura militar, conciliação e violência contra a mulher. Editado em formato de revista eletrônica, tem como foco as notícias do TJSE, mas também apresenta matérias de interesse social, com temas relacionados a cidadania, direitos humanos, defesa do consumidor, educação jurídica, entre outros.

DURANTE O BIÊNIO 2015-2016, A DIRCOM CONTINUOU CONQUISTANDO PRÊMIOS NACIONAIS

Prêmio	Categoria	Colocação	Reportagem
2015			
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Reportagem Escrita	1º lugar	Marcas da Ditadura
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Fotografia	3º lugar	Enganados e explorados
2016			
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Programa de TV	3º lugar	Programa Sergipe Justiça
Prêmio Estácio de Jornalismo	Rádio Regional	1º lugar	Agressores em terapia



Projeto Judiciário nas Redações para alunos da Unit, em maio de 2016



Programa Sergipe Justiça

Ficha Técnica

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juizes-auxiliares da Presidência
Dauquiria de Melo Ferreira
Brígida Declerc Fink
Marcos de Oliveira Pinto (Departamento de Precatórios)
Secretário-chefe
Paula Cecília Soares Primo Ferreira da Silva
Diretoria de Comunicação
Euler Tavares Ferreira
Coordenação de Cerimonial
Fernanda Ribeiro de Menezes Fontes
Divisão de Atos da Presidência
Carolina Gama da Silva
Coordenação de Análise Estatística
Salustiano Pinto Lobão Filho

CONSULTORIA GERAL

Consultor-chefe
Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas
Consultor de Processos Judiciais
Tayná Lima Prado Santana
Consultor de Processos Administrativos
Juliana Campos Barreto
Consultor de Licitações e Contratos
Simielle Barros dos Santos

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE e COORDENADORIA DA MULHER

Juíza Isabela Sampaio Alves Santana

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Secretário Judiciário
Sara Luciola Franca Ramos
Modernização Judiciária
Alinne Oliveira Moraes
Biblioteca Central
José Vieira Ramos
Arquivo Geral do Judiciário
Alessandra Lemos Curvello Dósea
Perícias Judiciais
Ana Cristina Machado Silva
Memorial do Poder Judiciário
Anuska Batista Sampaio

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Secretário de Planejamento e Administração
Carlos Benjamim Carvalho da Cruz
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
Sunnie Grace Nascimento Santos
Diretor de Administração
Carlos Benjamim Carvalho da Cruz
Diretor de Gestão de Pessoas
Luciana Nobre Silva Brandão
Centro Médico
José Osvaldo Barreto de Ávila
Diretoria de Segurança
Katarina Feitoza Lima Santana
Departamento de Obras
Alessandro Santos Vasconcelos

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Secretária de Finanças e Orçamento
Jussara Maynard Araújo
Diretora de Orçamento
Nilza Oliveira Bomfim
Diretora Financeiro
Ana Angélica Vieira Azevedo
Diretora do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal
Virgínia Fonseca Barreto

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Secretária da Tecnologia da Informação
Denise Martins Moura Silva
Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
José Augusto Rocha Júnior
Diretor de Sistemas de Gestão Organizacional
Hugo Ferreira Alves Júnior
Diretor de Produção e Suporte
Max Ricardo Borges Ribeiro
Diretor de Atendimento ao Usuário
Lângesson Lopes da Silva

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Jurandi Conrado

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Diretor de Comunicação
Euler Ferreira
Chefe da Divisão de Jornalismo
Luciano Freire Araujo
Editora responsável
Janaina Cruz (DRT 857/SE)
Projeto gráfico e editoração eletrônica
Eduardo Lins (DRT 1242/SE)
Revisor
Ronaldson Sousa



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE